



PLANO Nº 2 / 2024 SSP/GECARE-18386

PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - EXERCÍCIO ORÇAMENTÁRIO 2022

SUBSTITUTIVO AO PLANO Nº 8 / 2023 SSP/GECARE

1. EIXO FINANCIADO: FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA MODALIDADE DE TRANSFERÊNCIA: FUNDO A FUNDO EXERCÍCIO ORÇAMENTÁRIO 2022

Este plano de aplicação é o instrumento central de planejamento para definir as ações que serão financiadas pelo Fundo Nacional de Segurança Pública, no âmbito do Estado de Goiás, dentro do **Eixo de Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública e Defesa Social**, na modalidade **fundo a fundo**, para o **exercício 2022**, aos Fundos Estaduais e Distrital, regulamentado pela Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, a qual dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP e estabelece as diretrizes para a transferência obrigatória dos recursos oriundos da arrecadação das loterias, assim como a Portaria MJSP nº 275, de 5 de junho de 2021, que estipula os critérios de rateio dos recursos do FNSP aos Estados e a Portaria nº 483, de 09 de novembro de 2021, que regulamenta o Eixo Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública e Defesa Social.

Vale ressaltar que o presente plano é **substitutivo ao Plano n. 08/2023**, tendo em vista **a necessidade de aplicação de recursos oriundos de rendimentos financeiros por meio de uma nova ação, bem como das ações não iniciadas anteriormente aprovadas do referido plano**, necessitando então a substituição da última versão aprovada e vigente do plano de ação do Eixo de Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública e Defesa Social. A SSPGO realizou as alterações pertinentes para otimizar a aplicação dos recursos, conforme tabela abaixo:

Ações não iniciadas que foram excluídas para inserção da nova ação.	Meta específica 1, Ação 2, Meta Geral 1, do Plano de Ação nº 8/2023 SSP/GECARE: Aquisição de cartuchos para armas de incapacitação neuromuscular (PMGO)	R\$ 2.100.000,00
	Meta específica 2, Ação 2, Meta Geral 1, do Plano de Ação nº 8/2023 SSP/GECARE: Aquisição de Espargidores de pimenta (PMGO)	R\$ 500.000,00
	Meta específica 1, Ação 15, Meta Geral 5, do Plano de Ação nº 8/2023 SSP/GECARE: Materiais para instalação do sistema de vídeo monitoramento visando fortalecer a segurança orgânica do complexo da Secretaria de Segurança Pública (SSP)	R\$ 72.551,00
	Meta específica 1, Ação 15, Meta Geral 5, do Plano de Ação nº 8/2023 SSP/GECARE: Baterias especiais de gel para suprimento de energia elétrica aos equipamentos de Inteligência embarcados em viatura técnica (SSP)	R\$ 50.000,00
	Meta específica 1, Ação 15, Meta Geral 5, do Plano de Ação nº 8/2023 SSP/GECARE: Capacitação de profissionais de inteligência (SSP)	R\$ 500.000,00
	Meta específica 1, Ação 15, Meta Geral 5, do Plano de Ação nº 8/2023 SSP/GECARE: Aquisição de aparelhos para geolocalização de aparelhos móveis (rastreamentos físicos de celulares) (SSP)	R\$ 560.000,00
Utilização dos Rendimentos	Custeio - Rendimentos disponíveis até 31/12/2023	R\$ 941.088,68
Subtotal Fundo a Fundo 2022		R\$ 4.723.639,68

Dessa forma, foi inserida a ação 4 na Meta Geral 1: Fortalecimento da Polícia Militar, no valor de **no valor total de R\$ 4.723.639,68 (quatro milhões, setecentos e vinte e três mil seiscentos e trinta e nove reais e sessenta e oito centavos) - CUSTEIO, oriundos de rendimentos financeiros e das ações excluídas, conforme tabela acima.**

2. INFORMAÇÕES DO ÓRGÃO RECEBEDOR

Dados do Fundo Estadual de Segurança Pública:

Unidade Federativa: Estado de Goiás / Secretaria de Estado da Segurança Pública

Lei de criação do Fundo Estadual: Lei Estadual nº 14.750, de 22 de abril de 2004

CNPJ do Fundo Estadual: 02.658.753-0001.14

Dados do responsável pelo Fundo Estadual de Segurança Pública:

Nome: Renato Brum dos Santos

Cargo: Secretário de Estado

CPF: 601.375.761-53

Contato: gecare.sspgo@gmail.com (62)3201.1012 / 3201.1064

Dados do responsável pela gestão do Fundo Estadual de Segurança Pública:

Nome: Renato Brum dos Santos

Cargo: Secretário de Estado

CPF: 601.375.761-53

Contato: gecare.sspgo@gmail.com / (62) 3201.1012 / 3201.1064

Contatos da equipe responsável pela elaboração do Plano de Aplicação:

Nome: Diogo Arantes Araújo e Silva

Cargo: Gerente de Captação de Recursos

CPF: 937.927.941-87

Contato: gecare.sspgo@gmail.com / (62) 3201-1012 / 3201.1064

3. RECURSO DESTINADO

FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Investimento:

R\$ 21.156.952,18 (vinte e um milhões, cento e cinquenta e seis mil, novecentos e cinquenta e dois reais e dezoito centavos) - ORIGINAL

R\$ 1.513.967,66 (um milhão, quinhentos e treze mil novecentos e sessenta e sete reais e sessenta e seis centavos)- RENDIMENTOS

Custeio:

R\$ 9.067.264,93 (nove milhões, sessenta e sete mil, duzentos e sessenta e quatro reais e noventa e três centavos) - ORIGINAL

R\$ 941.088,68 (novecentos e quarenta e um mil oitenta e oito reais e sessenta e oito centavos) - RENDIMENTOS

Valor Total repasse original:

R\$ 30.224.217,11 (trinta milhões, duzentos e vinte e quatro mil, duzentos e dezessete reais e onze centavos) - ORIGINAL

Valor dos Rendimentos financeiros:

R\$ 2.455.056,33 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil cinquenta e seis reais e trinta e três centavos)

Valor total utilizado (somando os rendimentos utilizados):

R\$ 32.679.273,44 (trinta e dois milhões, seiscentos e setenta e nove mil duzentos e setenta e três reais e quarenta e quatro centavos)

4. METAS GERAIS PLANEJADAS.

META GERAL 1: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA MILITAR

VALOR TOTAL DA META: R\$ 8.900.000,00

AÇÃO 1 (META PM): REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE ARMAS DE INCAPACITAÇÃO NEUROMUSCULAR PARA USO POLICIAL - VALOR DA AÇÃO 1 : INVESTIMENTO - R\$ 5.860.000,00

AÇÃO 3 (META PM): MELHORIAS NO PRÉDIO DO COMANDO GERAL DA PMGO - VALOR DA AÇÃO 3: TOTAL: R\$ 440.000,00 (INVESTIMENTO: R\$ 300.000,00; CUSTEIO: R\$ 140.000,00)

AÇÃO 4 (META PM): LOCAÇÃO DE AERONAVE DE ASAS ROTATIVAS PARA A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS UTILIZANDO RECURSOS PROVENIENTES DOS RENDIMENTOS DO FAF 2021, NO VALOR DE R\$ 434.774,54, E DOS RENDIMENTOS E AÇÕES NÃO INICIADAS DO FAF 2022 - VALOR DA AÇÃO 4: R\$ 4.723.639,67 (CUSTEIO: R\$ 4.723.639,67)

META GERAL 2: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA CIVIL

VALOR TOTAL DA META: R\$ 7.610.953,00

AÇÃO 4 (META PC): FORTALECIMENTO DA POLÍCIA CIVIL POR MEIO DA CONSTRUÇÃO DA DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO - VALOR DA AÇÃO 4: INVESTIMENTO - R\$ 1.000.000,00.

AÇÃO 5 (META PC): REAPARELHAMENTO OPERACIONAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE GOIÁS POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE ARMAS, MUNIÇÕES, EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS OPERACIONAIS - VALOR DA AÇÃO 5: R\$ 4.080.953,00 (INVESTIMENTO: R\$ 2.885.550,60; CUSTEIO: R\$ 1.195.402,40).

AÇÃO 6 (META PC): MODERNIZAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE GOIÁS POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E SOFTWARES PARA SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA POLICIAL - VALOR DA AÇÃO 6: R\$ 2.530.000,00 (INVESTIMENTO: R\$ 2.000.000,00; CUSTEIO: R\$ 530.000,00)

META GERAL 3: FORTALECIMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

VALOR TOTAL DA META: R\$ 5.900.000,00

AÇÃO 7 (META BM): REAPARELHAMENTO OPERACIONAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS OPERACIONAIS - VALOR DA AÇÃO 7: INVESTIMENTO - R\$ 3.000.000,00

AÇÃO 8 (META BM): FORTALECIMENTO OPERACIONAL POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INSUMOS PARA AS ATIVIDADES OPERACIONAIS DO CBMGO - VALOR DA AÇÃO 8: R\$ 2.900.000,00 (INVESTIMENTO: R\$ 1.180.000,00; CUSTEIO: R\$ 1.720.000,00).

META GERAL 4: FORTALECIMENTO DA PERÍCIA OFICIAL

VALOR TOTAL DA META: R\$ 4.495.535,66

AÇÃO 9 (META SPTC): CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO DE ALOJAMENTOS NA SPTC - VALOR DA AÇÃO 9: INVESTIMENTO - R\$ 1.500.000,00.

AÇÃO 10 (META SPTC): FORTALECIMENTO DA ATIVIDADE PERICIAL DA SPTC POR MEIO DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INSUMOS PARA LABORATÓRIOS - VALOR TOTAL DA AÇÃO 10: R\$ 510.799,66 (INVESTIMENTO: R\$ 288.829,66; CUSTEIO: R\$ 221.970,00).

AÇÃO 11 (META SPTC): FORTALECIMENTO DO ENSINO DA SPTC POR MEIO DE AQUISIÇÃO DE SOFTWARE DE ENSINO E SOFTWARE DE TRÂNSITO- CUSTEIO- R\$ 118.900,00

AÇÃO 12 (META SPTC) : FORTALECIMENTO DA INSTITUIÇÃO POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE FECHADURAS ELETRÔNICAS- INVESTIMENTO- R\$ 60.000,00

AÇÃO 13 (META SPTC) - FORTALECIMENTO DA INSTITUIÇÃO POR MEIO DA MANUTENÇÃO PREDIAL DA SEDE DA SPTC- CUSTEIO- R\$ 554.008,00.

AÇÃO 14 (META SPTC) - FORTALECIMENTO DA ATIVIDADE OPERACIONAL POR MEIO DE AQUISIÇÃO DE FARDAMENTOS, EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS OPERACIONAIS - VALOR TOTAL DA AÇÃO 14: R\$ 1.751.828,00 (INVESTIMENTO: R\$ 1.305.138,00; CUSTEIO: R\$ 446.690,00).

META GERAL 5: FORTALECIMENTO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

VALOR TOTAL DA META: R\$ 3.649.145,11

AÇÃO 15 (META SSP): FORTALECIMENTO DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA DA SSPGO POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, SOFTWARES, HARDWARES, DRONES E TREINAMENTOS - VALOR DA AÇÃO 15: R\$ 3.520.294,53. (INVESTIMENTO- R\$ 1.980.000,00 E CUSTEIO-R\$ 357.743,53).

AÇÃO 16 (META SSP): TROCA DO GRUPO GERADOR E BATERIAS DOS NOBREAKS DO SISTEMA DA SSPGO - VALOR DA AÇÃO 16: INVESTIMENTO - R\$ 1.000.000,00

AÇÃO 17 (META SSP): APARELHAMENTO DA COORDENAÇÃO DE ENSINO DA SSPGO POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS - VALOR DA AÇÃO 17: INVESTIMENTO - R\$ 311.401,58.

5. DESENVOLVIMENTO TEÓRICO DAS AÇÕES

5.1 META GERAL 1: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA MILITAR:

AÇÃO 1 (META PM): REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE ARMAS DE INCAPACITAÇÃO NEUROMUSCULAR PARA USO POLICIAL - VALOR DA AÇÃO 1: INVESTIMENTO - R\$ 5.860.000,00

Contextualização do problema:

A Polícia Militar do Estado de Goiás, organização estruturada na hierarquia e disciplina, tem como missão constitucional, em síntese, o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública. Isso significa que seu papel é fiscalizar e coibir atividades ilícitas de forma imediata, prevenindo crimes e fazendo com que os indivíduos respeitem a legislação, tudo isso na busca de aumentar a sensação de segurança e realizar o cumprimento da Lei. E devido a necessidade de atualizar, modernizar e aumentar a disponibilidade de armamentos menos que letais para a Polícia Militar do Estado de Goiás, se faz necessário a aquisição de Armas de Incapacitação Neuromuscular para uso policial, e seus respectivos acessórios.

Visto que, no exercício da atividade policial, cuja natureza das ocorrências são dotadas de imprevisibilidade, o militar pode se deparar com situações em que o uso da força se faz necessário, momento que surge então um poder-dever de agir, porém sua ação deve ser moderada em relação aos meios utilizados e com uso da força proporcional para fazer cessar qualquer tipo de agressão, lesão ou desordem. Neste momento, o policial precisa ter à sua disposição equipamentos e armamentos para que sua ação seja pautada dentro da legalidade e proporcionalidade, e para tanto, faz necessário ter equipamentos que permitam o uso proporcional da força, com a utilização de armas de incapacitação neuromuscular de uso policial.

Análise diagnóstica do problema

O Estado de Goiás se mostra comprometido e realiza constantemente diagnósticos sobre os problemas da segurança pública e se mostra inclinado a apresentar as respectivas soluções.

Assim, as Armas de Incapacitação Neuromuscular são dispositivos não letais com capacidade de emitir uma descarga elétrica de alta tensão e baixa corrente com o objetivo de provocar dor e afastar um agressor. Estas armas conseguem produzir uma frequência específica conhecida como "Onda T", cuja aplicação sobre o corpo de um ser vivo provoca uma interferência no sistema nervoso capaz de contrair ou distender a musculatura decorrendo daí a paralisção do alvo, sem, no entanto, afetar os movimentos involuntários (coração, pulmões), popularizando seu uso entre as polícias de diversos países.

No entanto, possuem a capacidade de disparar dois eletrodos no formato de arpões, os quais ficam conectados ao equipamento por meio de fios por onde fluem as ondas T. Quanto ao aspecto técnico operacional para utilização do respectivo armamento, a PMGO possui o Procedimento Operacional Padrão - POP, que em seu procedimento 106.03 disciplina o uso do dispositivo menos que letal. Desta forma, o uso do equipamento é permitido pela instituição e os policiais militares possuem treinamento e habilitação para o uso do referido armamento.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital:

O presente projeto encontra-se alinhado aos objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás (2022-2031), visto que busca alcançar os seguintes objetivos estratégicos:

OBJETIVO ESTRATÉGICO: 4.1 ASSEGURAR A DISPONIBILIDADE E OTIMIZAR A APLICAÇÃO DOS RECURSOS COMPATÍVEIS À DEMANDA INSTITUCIONAL.

(...)

4.1.2 Aperfeiçoar o emprego dos recursos.

4.1.2.1 Monitorar e racionalizar a aplicação dos recursos captados por meio da adoção de critérios técnicos.

4.1.2.2 Priorizar o investimento de recursos da administração estadual à SSP para o desenvolvimento das atividades finalísticas.

Razões para que o problema seja alvo de intervenção:

Detentora exclusiva da execução do policiamento ostensivo, a PM norteia seu emprego operacional com base em parâmetros de qualidade, produtividade e cientificidade. Corrobora com a primazia dos direitos e garantias fundamentais da dignidade da pessoa humana, nos termos expostos nas diretrizes de Direitos Humanos e da Polícia Comunitária, norteadoras basilares das demais doutrinas de emprego operacional da PM.

O trabalho da PM é feito de forma visível, sinalizado através de uniformes, viaturas caracterizadas ou distintivos de identificação dos policiais. A repressão ao crime, assim, é feita principalmente pela presença da PM – facilmente identificada – e seu potencial de coerção. De uma forma simples, a Polícia Militar preocupa-se com os atos ilícitos em andamento ou que recém aconteceram.

O que se busca com o presente projeto é garantir ao policial militar de serviço, a disponibilização de um armamento essencial para a prestação de um serviço dentro da legalidade e proporcionalidade, com aplicação do uso progressivo da força e garantindo uma atuação profissional na área de segurança pública à população do Estado de Goiás.

Os equipamentos a serem adquiridos ampliarão a capacidade operacional e a resposta qualificada da tropa na região a ser implantada por meio de um armamento que evite atuação desproporcional e futuras críticas por uma intervenção desproporcional e que resulte em perda de vidas.

Por ser um armamento seguro, robusto e eficiente, que possibilita sua utilização em diversas frentes de serviço, as equipes poderão trabalhar com maior técnica e segurança em suas ações operacionais.

Locais que serão contemplados:

A presente ação visa a melhorar a capacidade operacional da PMGO, por meio da disponibilização de armas de incapacitação neuromuscular em todas unidades operacionais no Estado de Goiás.

Estratégia de implementação:

As quantidades a serem adquiridas serão definidas após a realização das respectivas pesquisas mercadológicas, de acordo com o valor disponibilizado para cada item, nos termos da legislação vigente.

Feitas as aquisições, haverá a distribuição gradual e contínua às unidades da PMGO, sob gestão do Comando de Apoio Logístico da Corporação, conforme as diretrizes traçadas pelo Comando Geral da Corporação, visando o equilíbrio institucional entre as atividades de instrução e atuação em operações ostensivas.

Indicadores:

Número de armas de incapacitação neuromuscular adquiridas e disponibilizadas à PMGO pelo presente recurso.

Resultados Esperados:

Aumentar o número de armas de incapacitação neuromuscular visando modernizar a reposta operacional da PMGO.

Formas de mensuração:

Relatório consubstanciado, demonstrando o resultado esperado, qual seja, a quantidade armas de incapacitação neuromuscular adquiridas, inclusive com registro fotográfico.

EXTRATO DA AÇÃO 1 (PM):

META GERAL 1: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA MILITAR

AÇÃO 1 (META PM): REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE ARMAS DE INCAPACITAÇÃO NEUROMUSCULAR PARA USO POLICIAL

INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
RECURSO PLANEJADO	INVESTIMENTO: R\$ 5.860.000,00
	CUSTEIO: R\$ 0,00
	Valor total da ação: R\$ 5.860.000,00
METAS ESPECÍFICAS	META ESPECÍFICA 1: Aquisição de armas de incapacitação neuromuscular visando modernizar a reposta operacional da PMGO.
RESULTADOS ESPERADOS	Aumentar o número armas de incapacitação neuromuscular visando modernizar a reposta operacional da PMGO.
FORMAS DE MENSURAÇÃO	Relatório consubstanciado, demonstrando o resultado esperado, qual seja, a demonstrando o resultado esperado, qual seja, a quantidade armas de incapacitação neuromuscular adquiridas, inclusive com registro fotográfico.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
					- Elaboração de Termo de Referência; - Cotação de preços;
2º SEMESTRE DE 2023					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Elaboração dos editais de licitação; - Publicação dos editais;	- Licitação; - Assinatura de contratos; - Contato com fornecedor / aprovação de layout;	-Designação da Equipe de Gestão de Contratos; -Envio do relatório de acompanhamento (MJSP); - Período destinado à contratada para customização;	- Recebimento provisório;	- Designação da comissão de recebimento;	- Recebimento definitivo; -Patrimoniamento de Bens;

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2024					
2º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
-Recebimento definitivo; -Patrimoniamento dos Bens; -Elaboração do relatório de gestão (MJSP);	- Liquidação das NF-e; Pagamento do fornecedor;	- Prestação de contas;	-Elaboração do relatório final de execução (Gestão);	- Envio do relatório final de execução/ges-tão (MJSP);	- Ação concluída;

2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;

AÇÃO 3 (META PM): MELHORIAS NO PRÉDIO DO COMANDO GERAL DA PMGO - VALOR DA AÇÃO 3: TOTAL: R\$ 440.000,00 (INVESTIMENTO: R\$ 300.000,00; CUSTEIO: R\$ 140.000,00)

Contextualização do Problema:

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 144, atribui às polícias militares (PMs) o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública. Isso significa que seu papel é fiscalizar e coibir atividades ilícitas de forma imediata, prevenindo crimes e fazendo com que os indivíduos respeitem a legislação, tudo isso buscando aumentar a sensação de segurança na sociedade.

A Polícia Militar, organização estruturada na hierarquia e disciplina, tem como missão constitucional, em síntese, a polícia ostensiva de prevenção criminal, de preservação e restauração da ordem pública e de apoio a outros órgãos.

Detentora exclusiva da execução do policiamento ostensivo, a PM norteia seu emprego operacional com base em parâmetros de qualidade, produtividade e cientificidade. Corrobora com a primazia dos direitos fundamentais e da dignidade da pessoa humana, nos termos expostos nas diretrizes de Direitos Humanos e Polícia Comunitária, norteadoras basilares das demais doutrinas de emprego operacional da PM.

O trabalho da PM é feito de forma visível, sinalizado através de uniformes, viaturas caracterizadas ou distintivos de identificação dos policiais. A repressão ao crime, assim, é feita principalmente pela presença da PM, facilmente identificada, e seu potencial de coerção. De uma forma simples, a Polícia Militar preocupa-se com os atos ilícitos em andamento ou que recém aconteceram.

No entanto, a Corporação para desempenhar suas funções constitucionais, necessita de uma estrutura administrativa (atividade-meio) que proporciona o atendimento das demandas da população.

A Instituição demanda por instalações físicas adequadas para que seus Comandantes possam realizar toda a parte administrativa e de planejamento estratégico-operacional da Corporação.

O Serviço de Prospecção e Análise / Engenharia PM/8 da PMGO, que é o órgão de apoio técnico-normativo e gerencial da Corporação incumbido de planejar, orientar, coordenar e supervisionar Projetos de obras, reformas e manutenções de Unidades Militares, está estruturado em um pavilhão junto a outros destinados aos atendimentos solicitados ao EME e outras Assessorias do Comando Geral da Corporação.

Embora apresente programas e ações há muito tempo implantadas e implementadas, a estruturação dos ambientes no Pavilhão em que se encontra as Seções do Estado-Maior conta com uma infraestrutura deficiente. O Telhado está em condições degradantes e por conseguinte danificando partes de forro e elétrica do local informado.

O telhado está com mais de 30 (trinta) anos de instalação, tornando-se um risco quanto à realidade atual de ambientação e quanto à garantia do exercício profissional do Policial Militar, necessitando de reparos.

Análise diagnóstica do problema a ser resolvido:

A PMGO busca, com a presente ação, a manutenção das boas condições de uso do Quartel do Comando Geral de amplo atendimento ao público interno e externo. Para tanto, o presente projeto tem o objetivo de adquirir materiais/serviços diversos para a realização de manutenções básicas, para disponibilizar mais qualidade aos militares que laboram em sua sede, além dos cidadãos que ali buscam por atendimentos diversos.

Com a modernização dos ambientes de trabalho, a PM8 busca-se também a redução de gastos com manutenção dos ambientes obsoletos, bem como a interrupção de atendimentos de engenharia por falta de condições de trabalho dos usuários por ocasião da má condição de trabalho/infiltração etc., isso porque levando-se em consideração que os atendimentos são externos porém, no interior das seções possui computadores com softwares e placas de custo elevado e devem ser preservados de infiltração, fato este que leva conseqüentemente ao aumento no risco a máquinas de trabalho.

Garantir boa estrutura de trabalho aos Policiais Militares é criar condições favoráveis para a qualidade dos serviços prestados nas atividades finalísticas.

Estruturação física favorável baseia-se pela disponibilidade de equipamentos modernos e com qualidade, de manutenção técnica fácil e de baixo custo, em condições pertinentes à atuação do Policial Militar. Caso contrário, criam-se sucessivas barreiras, que tornam distante a possibilidade de sucesso de todo e qualquer planejamento estratégico proposto, neste caso, pelo Comando da PMGO.

Diante do exposto, resta comprovada a aderência da ação proposta ao eixo do Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública e Defesa Social - FISPDS.

Alinhamento com o Planejamento de Segurança Pública Estadual:

O presente projeto encontra-se alinhado aos objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás (2022-2031), visto que busca alcançar os seguintes objetivos estratégicos:

OBJETIVO ESTRATÉGICO: 2.1 ADEQUAR-SE À POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA.

(...)

2.1.1.4 Fomentar e monitorar o cumprimento das metas do Plano Nacional de Segurança Pública.

(...)

OBJETIVO ESTRATÉGICO: 4.1 ASSEGURAR A DISPONIBILIDADE E OTIMIZAR A APLICAÇÃO DOS RECURSOS COMPATÍVEIS À DEMANDA INSTITUCIONAL.

(...)

4.1.2 Aperfeiçoar o emprego dos recursos.

4.1.2.1 Monitorar e racionalizar a aplicação dos recursos captados por meio da adoção de critérios técnicos.

4.1.2.2 Priorizar o investimento de recursos da administração estadual à SSP para o desenvolvimento das atividades finalísticas.

Razões para que o problema seja alvo de intervenção:

Com a implementação da presente ação, os ganhos esperados são, em primeira instância, na área administrativa da PMGO, melhorando as condições das instalações físicas, proporcionando qualidade nos trabalhos ali realizados.

Tendo em vista a importância do prédio que será submetido à manutenção, do ponto de vista de planejamento e estratégia, seja no campo operacional ou administrativo, percebe-se que tudo canaliza para uma melhoria de forma geral na PMGO, proporcionando condições de prestar melhores serviços à comunidade.

Locais que serão contemplados:

Quartel do Comando Geral da PMGO, localizado em Goiânia-GO.

Estratégia de Implementação:

Tendo em vista que já foi realizado um estudo prévio estabelecendo os serviços de manutenção a serem realizados, a estratégia para implementar a presente ação se inicia com a Contratação de empresa(s) especializada(s) para realizar(em) as melhorias prediais no Quartel de Comando Geral – QCG da Polícia Militar do Estado de Goiás, envolvendo os seguintes aspectos:

- Reforma do telhado com implantação de telhas isotérmicas (INVESTIMENTO)
- Reforma do forro, substituindo o PVC por forro em drywall (INVESTIMENTO)
- Reparos elétricos necessários (CUSTEIO)
- Reparos de alvenaria necessários (CUSTEIO)
- Pinturas necessárias (CUSTEIO).

Indicadores:

Materiais e serviços contratados.

Resultados Esperados :

Realização de melhorias no prédio com a substituição do telhado, forro e reparos elétricos, de alvenaria e pintura, no Quartel de Comando Geral – QCG da Polícia Militar do Estado de Goiás.

Formas de mensuração:

Relatório contendo planilha de materiais e serviços executados, com registro fotográfico e demais informações que comprovem o alcance dos resultados esperados.

EXTRATO DA AÇÃO 3 (PM):

META GERAL 1: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA MILITAR	
AÇÃO 3 (META PM): MELHORIAS NO PRÉDIO DO COMANDO GERAL DA PMGO - VALOR DA AÇÃO 3: TOTAL: R\$ 440.000,00 (INVESTIMENTO: R\$ 300.000,00; CUSTEIO: R\$ 140.000,00)	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
RECURSO PLANEJADO	INVESTIMENTO: R\$ 300.000,00 (TELHADO E FORRO)
	CUSTEIO: R\$140.000,00 (REPAROS)
	Valor total da ação: R\$ 440.000,00
METAS ESPECÍFICAS	META ESPECÍFICA 1- R\$ 300.000,00 (INVESTIMENTO) - Contratação de empresa especializada para reforma predial no Quartel de Comando Geral – QCG da Polícia Militar do Estado de Goiás, envolvendo os seguintes aspectos: <ul style="list-style-type: none">• Reforma do telhado com implantação de telhas isotérmicas;• Reforma do forro, substituindo PVC por forro em drywall. META ESPECÍFICA 2- R\$ 140.000,00 (CUSTEIO) - Contratação de empresa especializada para reforma predial no Quartel de Comando Geral – QCG da Polícia Militar do Estado de Goiás, envolvendo os seguintes aspectos: <ul style="list-style-type: none">• Reparos elétricos necessários;• Reparos de alvenaria necessários;

	<ul style="list-style-type: none"> • Pinturas necessárias.
RESULTADOS ESPERADOS	Realização de melhorias no prédio com a substituição do telhado, forro e reparos elétricos, de alvenaria e pintura, no Quartel de Comando Geral – QCG da Polícia Militar do Estado de Goiás.
FORMAS DE MENSURAÇÃO	Relatório contendo planilha de materiais e serviços executados, com registro fotográfico e demais informações que comprovem o alcance dos resultados esperados.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Elaboração de Termo de Referência;	- Cotação de preços;	- Elaboração dos editais de licitação;	- Publicação dos editais;	- Licitação;	- Assinatura de contratos;
2º SEMESTRE DE 2023					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
-Designação da Equipe de Gestão de Contratos; -Envio do relatório de acompanhamento (MJSP);	- Contato com fornecedor / início da execução;	- Execução contratual;	- Execução contratual;	- Execução contratual;	- Execução contratual;

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2024					
1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
-Elaboração do relatório de gestão (MJSP);	- Liquidação das NF-e; Pagamento do fornecedor;	- Prestação de contas;	-Elaboração do relatório final de execução (Gestão);	- Envio do relatório final de execução/ gestão (MJSP);	- Ação concluída;
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;

AÇÃO 4 (META 1): LOCAÇÃO DE AERONAVE DE ASAS ROTATIVAS
CUSTEIO - Valor da Ação: 4.723.639,67

Contextualização do Problema:

A Polícia Militar do Estado de Goiás, no intuito de prestar um serviço de excelência à população goiana, tem buscado se aparelhar e disponibilizar o que há de melhor no mercado aos seus Policiais Militares. Para tanto, os recursos do Fundo a Fundo tem sido fundamentais, nas aquisições de armas, munições e equipamentos necessários à atividade policial.

O desafio persiste em relação ao número limitado de helicópteros disponíveis para atender a ocorrências de crimes que resultam em mortes violentas intencionais. Os helicópteros são ferramentas cruciais para a eficácia das operações policiais, especialmente em situações que requerem resposta rápida, mobilidade aérea e capacidade de vigilância de grandes áreas.

É importante enfatizar que os helicópteros são instrumentos de trabalho vitais para a Polícia Militar no combate ao crime. Eles potencializam as ações de segurança pública, oferecendo suporte aéreo em operações táticas, vigilância avançada e rapidez no deslocamento para áreas de difícil acesso. Nesse contexto, a aquisição de mais um helicóptero é imprescindível e necessária para equipar adequadamente a Instituição e aumentar sua capacidade de resposta efetiva.

Análise Diagnóstica do Problema:

Desde 1980 o Grupo de Radiopatrulha Aérea da Polícia Militar do Estado de Goiás - GRAER/PMGO vem utilizando o helicóptero como ferramenta operacional para o cumprimento da sua missão constitucional de polícia ostensiva e manutenção da ordem pública, conforme prescreve o art. 40, da Lei Estadual nº 8.125/76, com atuação em todo o Estado de Goiás.

O GRAER possui, incorporadas à sua frota, duas aeronaves de asas rotativas: 01 aeronave – HB 350B (Esquilo) e 01 aeronave AW 119 MKII (Koala). Estas aeronaves são empregadas em operações da segurança pública, assistindo à sociedade como um todo, tendo como objetivo primordial salvar e defender vidas humanas.

O Helicóptero H350B - Esquilo (PP-EHO) - denominado Falcão 01 - foi adquirido no ano de 1980 pelo Governo do Estado de Goiás para a PMGO e entregue em 1981. Destacamos que tal aeronave está em operação há 42 (quarenta e dois) anos, sendo uma das mais antigas em atividade no mundo e já conta com aproximadamente 7.000 de horas de voo, o que gera naturalmente o desgaste de seus componentes. Atualmente no Brasil nenhuma unidade de aviação de segurança pública opera com uma aeronave do referido ano.

No ano de 2022, o Falcão 01 ficou indisponível em 124 (cento e vinte e quatro) dias por problemas que envolviam manutenção e substituição de peças o que representa mais de 04 (quatro) meses fora de operação.

Em relação às horas voadas nos últimos anos temos o seguinte diagnóstico: 2021: 116 horas (média de 10 horas mensais) e 2022: 128 horas (média de 11 horas mensais). O que demonstra a grande indisponibilidade da aeronave e o grande prejuízo à segurança pública estadual.

O Helicóptero AW 119 - MKII - Koala (PR-PMG) - denominado Falcão 02 - foi adquirido no ano de 2009 pelo Governo do Estado de Goiás para emprego na PMGO. As atividades com o Falcão 02 iniciaram em 07 de fevereiro de 2011. Tal aeronave encontra-se inoperante desde 11/07/2020, totalizando 03 (três) anos e 04 (quatro) meses fora de operação devido à necessidade de um reparo obrigatório denominado OVERHALL, onde a turbina passa por uma inspeção geral que somente é realizada no Canadá.

Analisando a situação do cenário nacional no que diz respeito ao **quantitativo de aeronaves operadas pelas Polícias Militares**, notamos que o Estado de Goiás encontra-se em 23º lugar no ranking, o que representa uma defasagem significativa, principalmente quando levamos em consideração que na atualidade apenas um helicóptero (o FALCÃO 01) está em operação. Contudo, ainda que operante, este helicóptero ficou indisponível devido a manutenções periódicas e corretivas por cerca de 04 (quatro) meses no ano de 2022.

RELAÇÃO DE HELICÓPTEROS DAS PMS NO BRASIL					
RANKING	ESTADO	TOTAL DE HELICÓPTEROS	FROTA PRÓPRIA	LOCADO	ÓRGÃOS
01	SÃO PAULO	26	26	0	PM
02	PARANÁ	10	06	04	PM
03	CEARÁ	08	08	0	PM, CBM E PC
04	RIO GRANDE DO SUL	08	08	0	PM
05	MINAS GERAIS	07	07	0	PM
06	RIO DE JANEIRO	07	07	0	PM
07	PARÁ	07	06	01	PM, CBM E PC
08	MARANHÃO	05	01	04	PM, CBM E PC
09	MATO GROSSO	04	04	0	PM, CIVIL E BOMBEIRO
10	BRASÍLIA	04	04	0	PM
11	ESPÍRITO SANTO	04	04	0	PM, CBM E PC
12	SANTA CATARINA	04	04	0	PM
13	PERNAMBUCO	04	04	0	PM, CBM E PC
14	BAHIA	04	04	0	PM
15	ALAGOAS	04	02	02	PM, CBM E PC
16	PIAUI	04	03	01	PM
17	ACRE	03	03	0	PM, CBM E PC
18	AMAZONAS	03	03	0	PM, CBM E PC
19	MATO GROSSO DO SUL	03	03	0	PM, CBM E PC
20	RONDONIA	03	02	01	PM E PC
21	PARAÍBA	02	02	0	PM, CBM E PC
22	RIO GRANDE DO NORTE	02	02	0	PM, CBM E PC
23	GOIÁS	02	02	0	PM
24	TOCANTINS	01	01	0	PM, CBM E PC
25	AMAPÁ	01	01	0	PM, CBM E PC
26	SERGIPE	01	00	01	PM
27	RORAIMA	00	00	00	--
	TOTAL	118	104	14	

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual:

O presente projeto encontra-se alinhado aos objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás (2022-2031), visto que busca alcançar os seguintes objetivos estratégicos:

OBJETIVO ESTRATÉGICO: 4.1 ASSEGURAR A DISPONIBILIDADE E OTIMIZAR A APLICAÇÃO DOS RECURSOS COMPATÍVEIS À DEMANDA INSTITUCIONAL.

Razões para que o problema seja alvo de intervenção:

A ação é imprescindível para uma resposta rápida a situações críticas em crimes violentos em andamento ou situações de reféns. A capacidade de sobrevoar o trânsito e cobrir grandes áreas rapidamente é crucial para prevenir ou interromper atividades criminosas que podem resultar em mortes violentas, somente no ano de 2023 o Grupamentode Rádio Patrulhamento Aéreo da Polícia Militar do Estado de Goiás realizou diversas ocorrências com o uso da

aeronave que colaboraram para a redução das mortes violentas, como: Presos em flagrante: 79, Foragidos recapturados 24, armas apreendidas:28, munições apreendidas: 395, ocorrências essas que colaboram direta e indiretamente para a Redução de mortes violentas intencionais.

Locais que serão contemplados:

A presente ação visa a melhorar a capacidade operacional da PMGO, por meio da disponibilização da aeronave locada para atender todas unidades operacionais no Estado de Goiás.

Estratégia de Implementação:

A estratégia para a locação de aeronave de asas rotativa é primeiramente realizar um levantamento das especificações da aeronave compatível para esse tipo de atividade, elaborando um termo de referência com as especificações técnicas recomendadas, e, posteriormente, realizar o procedimento licitatório para a seleção de empresa especializada nesse tipo de serviço e da proposta mais vantajosa.

Uma vez realizada a locação, a aeronave será ativa atendendo todo os municípios do Estado de Goiás

Resultados Esperados:

A presença de um helicóptero pode ajudar a diminuir as mortes violentas intencionais, já que a Polícia Militar pode intervir de maneira mais rápida e efetiva em situações de violência, aumentando a quantidade de ocorrências realizadas principalmente em relação recaptura de foragidos, apreensões de armas de fogo, apreensões de munições.

Formas de mensuração:

Relatório detalhado da quantidade de ocorrências atendidas especificamente que colaboram na redução de mortes violentas intencionais, comparando a quantidade realizadas no ano de 2023 antes da locação da aeronave de asa rotativa, com o quantitativo após a locação.

CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO

META GERAL 1	FORTALECIMENTO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
AÇÃO 4/ META 1:	LOCAÇÃO DE AERONAVE DE ASAS ROTATIVAS PARA A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
Instituição Beneficiada:	Polícia Militar do Estado de Goiás
Previsão Orçamentária	Custeio: R\$ 4.723.639,67
Metas Específicas	Meta específica 04: Locar aeronave de asa rotativa para a Polícia Militar do Estado de Goiás
Indicadores	Número de ocorrências de foragidos recapturados
Resultados Esperados	Aumentar o número de foragidos recapturados pela Polícia Militar do Estado de Goiás.
Formas de mensuração	Relatório detalhado da quantidade de ocorrências atendidas especificamente que colaboram na redução de mortes violentas intencionais, comparando a quantidade realizadas no ano de 2023 antes da locação da aeronave de asa rotativa, com o quantitativo após a locação.

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2024 (AÇÃO 04 - META 1)					
1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
	- Elaboração de Termos de Referências; - Cotação de Preços.	- Elaboração dos editais de licitação - Publicação dos editais de licitação	Licitação; - Assinatura de contratos.	- Designação da Equipe de Gestão de contratos; - Contato com Fornecedor;	- Período destinado à execução da ação; - Recebimento do bem; - Pagamento do Fornecedor;
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Período destinado à execução da ação; - Recebimento; - Pagamento do Fornecedor;	- Período destinado à execução da ação; - Recebimento; - Pagamento do Fornecedor;	- Período destinado à execução da ação; - Recebimento; - Pagamento do Fornecedor;	- Período destinado à execução da ação; - Recebimento; - Pagamento do Fornecedor;	- Período destinado à execução da ação; - Recebimento; - Pagamento do Fornecedor;	- Período destinado à execução da ação; - Recebimento; - Pagamento do Fornecedor;
1º SEMESTRE DE 2025					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Período destinado à execução da ação; - Recebimento; - Pagamento do Fornecedor;	- Período destinado à execução da ação; - Recebimento; - Pagamento do Fornecedor;	- Período destinado à execução da ação; - Recebimento; - Pagamento do Fornecedor;	- Período destinado à execução da ação; - Recebimento; - Pagamento do Fornecedor;	- Período destinado à execução da ação; - Recebimento; - Pagamento do Fornecedor;	Finalização dos contratos
2º SEMESTRE DE 2025					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Elaboração do relatório final de execução/gestão	Envio do Relatório final de execução/gestão (MISP)				

5.2 META GERAL 2: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA CIVIL

AÇÃO 4 (META PC): FORTALECIMENTO DA POLÍCIA CIVIL POR MEIO DA CONSTRUÇÃO DA DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO

VALOR DA AÇÃO 4: INVESTIMENTO - R\$ 1.000.000,00.

Contextualização do problema:

Localizada no nordeste de Goiás, Alto Paraíso de Goiás está situada na Chapada dos Veadeiros e, desde 2001, na Área de Proteção Ambiental de Pouso Alto. Com investimento do governo estadual, pertencente ao Plano de Desenvolvimento Integrado, transformou-se a Chapada dos Veadeiros em polo turístico e de produção e industrialização de frutas.

Cabe mencionar que a cidade de Alto Paraíso de Goiás foi incluída à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE por intermédio da Lei Complementar nº 163/2018, de 14 de junho de 2018, que alterou o parágrafo primeiro da Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998.

Localiza-se a 230 km de Brasília e a 412 km de Goiânia. Conta com uma área de aproximadamente 2.593 (dois mil quinhentos e noventa e três) km². De acordo com a população estimada em 2020, é a 123ª cidade mais populosa de Goiás, com aproximadamente 6.855 (seis mil oitocentos e cinquenta e cinco) habitantes.

A cidade de Alto Paraíso situa-se a poucos quilômetros do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Conta com sólida infraestrutura urbana, bem como conta com pousadas, bares, restaurantes, lojas de artigos específicos, pequenas praças, bancos e caixas eletrônicos, mercados, farmácias, padarias, etc. Muito embora seja conhecida nacionalmente pelo clima esotérico, não tem sido um lugar seguro para os moradores locais.

Em 2019, segundo reportagem veiculada pelo jornal O Popular, a cidade esteve no topo do ranking de municípios com maior taxa de crimes de alta prioridade. Os furtos representaram 87% dos crimes de alta prioridade. A maior parte dos delitos são praticadas contra residências em áreas afastadas (na zona rural), bem como contra turistas que, por diversas vezes, deixam seus veículos em estradas para chegarem a cachoeiras, e quando voltam percebem que os veículos foram furtados. Outrossim, diversos moradores possuem casas no município, e que apenas as frequentam nos finais de semana e feriados, o que facilita a ação de ladrões.

Diante do elevado índice de criminalidade na região, a população iniciou uma cobrança por parte da Polícia Civil a fim de que houvesse atendimento todos os dias no município, durante o horário de expediente. Aludido pleito fora atendido mediante a união de esforços dos gestores anteriores.

Com esse novo cenário, houve então um aumento de procedimentos, em especial de prisões em flagrantes, as quais eram realizadas na central de flagrantes de Formosa, o que acarretava um alto custo para o erário público, porquanto as viaturas realizavam deslocamentos até o município de Formosa para a lavratura dos procedimentos, acarretando um déficit de policiais no município.

A fim de melhorar a prestação do serviço público, com apoio dos órgãos municipais locais, foi então realizada uma central de flagrantes com atendimento ininterrupto das situações flagranciais a fim de que a população de Alto Paraíso não ficasse sem atendimento, bem como para que não houvesse a necessidade de deslocamento de vítimas e de equipes policiais até o município de Formosa.

Ocorre que mesmo com todo aparato de policiais disponibilizado no município de Alto Paraíso de Goiás, o local de atendimento ao público é o mesmo posto de atendimento inaugurado há mais de 15 (quinze) anos, em uma casa locada, sem condições adequadas para uma prestação do serviço policial.

Diante do exposto, conclui-se que atualmente o problema prioritário a ser resolvido na localidade seria a falta de uma estrutura física adequada para o funcionamento da Delegacia de Polícia de Alto Paraíso de Goiás.

Análise Diagnóstica do Problema:

A Delegacia Alto Paraíso de Goiás encontra-se estabelecida no endereço Rua Zorozimo Barbosa Qd. 14 Lt. 18 nº 193 - Centro, cujo contrato de locação, celebrado pela prefeitura do município, encontra-se vigente. A mencionada unidade tem como função realizar atividades de caráter preventivo e repressivo, devendo realizar ações de prevenção, apuração, investigação e enquadramento legal, que devem ser pautadas no respeito aos direitos humanos e nos princípios do Estado Democrático de Direito.

Atualmente, está localizada em uma casa alugada onde funciona de uma maneira improvisada, onde o prédio é deficitário, insalubre, e que não atende as vítimas e os servidores de forma adequada.

É constatado na atual localidade problemas de cunho estrutural e de manutenção. A Delegacia de Polícia de Alto Paraíso de Goiás recebeu um aumento nos últimos anos tanto no efetivo policial quanto nas ocorrências atendidas. Estima-se que com o novo concurso da Polícia Civil de Goiás, o efetivo seja reforçado.

Alto Paraíso de Goiás necessita com urgência da construção de unidade própria, haja vista que necessita de imediato propiciar instalações de varanda, recepção, balcão de atendimento, áreas de circulação, sala dos agentes, parlatório, reconhecimento, custódia, circulação, área de serviço, banheiros (masculinos e femininos) e banheiros PNE (masculino e feminino), condições mínimas para o efetivo exercício da atividade policial.

As restrições causadas pelo imóvel locado inviabilizam a implantação de programas essenciais ao digno atendimento às mulheres vítimas, bem como prejudicam a acessibilidade de pessoa com algum tipo de deficiência e/ou dificuldade de locomoção.

Conclui-se facilmente que qualquer ação a ser adotada para o avanço no atendimento às vítimas necessita de melhorias nas instalações físicas das unidades policiais para correta realização dos atendimentos. Dessa feita, se faz urgente e imprescindível a destinação de recursos para a construção da Delegacia de Polícia de Alto Paraíso de Goiás.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual:

O presente projeto encontra-se alinhado aos objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás (2022-2031):

OBJETIVO ESTRATÉGICO: 4.1 ASSEGURAR A DISPONIBILIDADE E OTIMIZAR A APLICAÇÃO DOS RECURSOS COMPATÍVEIS À DEMANDA INSTITUCIONAL.

ESTRATÉGIA: 4.1.2 Aperfeiçoar o emprego dos recursos.

(...)

4.1.2.3 Canalizar investimentos qualificados para constante modernização da infraestrutura física, administrativa e tecnológica.

Quanto ao Plano Estratégico da Polícia Civil 2022/2027, encontra-se devidamente alinhada na Perspectiva: Processos Internos, Estratégia “Estruturar e modernizar a infraestrutura policial”.

Razões para que o problema seja alvo de intervenção:

Alto Paraíso de Goiás necessita com urgência da construção de unidade própria, haja vista que está localizada em uma casa alugada onde funciona de uma maneira improvisada, onde o prédio é deficitário, insalubre, e que não atende as vítimas e os servidores de forma adequada.

Além disso, foram constatados, na atual localidade, problemas de cunho estrutural e de manutenção, carecendo de condições mínimas para o efetivo exercício da atividade policial.

Com a realização da presente ação, a população local terá um ganho sensível na qualidade do atendimento, tendo em vista que proporcionará condições para que os profissionais laborem em um local adequado.

Locais que serão contemplados:

A Delegacia será construída na cidade de Alto Paraíso de Goiás.

Estratégia de Implementação:

Após a finalização de todos os projetos necessários, será realizada a contratação de empresa especializada para a construção da Delegacia de Polícia de Alto Paraíso de Goiás.

Após a contratação será executada a obra, com o devido acompanhamento da equipe de engenharia da PCGO até a sua plena conclusão.

Finalizada a execução, a Delegacia de Polícia de Alto Paraíso de Goiás será inaugurada pela gestão da PCGO e divulgado através de mídias sociais e oficiais.

Indicadores:

Obra da Delegacia de Polícia de Alto Paraíso de Goiás disponibilizada à comunidade do município.

Resultados Esperados:

Construção e disponibilização de uma nova Delegacia de Polícia de Alto Paraíso de Goiás.

Formas de mensuração:

Relatório consubstanciado demonstrando a conclusão da obra, inclusive com registros fotográficos, comprovando o alcance dos resultados esperados.

EXTRATO DA AÇÃO 4 (PCGO):

META GERAL 2: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA CIVIL	
AÇÃO 4 (META PC): FORTALECIMENTO DA POLÍCIA CIVIL POR MEIO DA CONSTRUÇÃO DA DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO - VALOR DA AÇÃO 4: INVESTIMENTO - R\$ 1.000.000,00.	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE GOIÁS
RECURSO PLANEJADO	INVESTIMENTO: R\$ 1.000.000,00
	CUSTEIO: R\$ 0,00
	Valor total da ação: R\$ 1.000.000,00
METAS ESPECÍFICAS	META ESPECÍFICA 1: Contratação de empresa especializada para a construção da Delegacia de Polícia de Alto Paraíso de Goiás, conforme projetos projetos básico e executivo apresentados.
RESULTADOS ESPERADOS	Construção e disponibilização de uma nova Delegacia de Polícia de Alto Paraíso de Goiás.
FORMAS DE MENSURAÇÃO	Relatório consubstanciado demonstrando a conclusão da obra, inclusive com registros fotográficos, comprovando o alcance dos resultados esperados

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO

- Elaboração de Termo de Referência;	- Cotação de preços;	- Elaboração dos editais de licitação;	- Publicação dos editais;	- Licitação;	- Assinatura de contratos;
2º SEMESTRE DE 2023					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
-Designação da Equipe de Gestão de Contratos; -Envio do relatório de acompanhamento (MJSP);	- Ordem de serviço e início do prazo para entrega.	- Prazo para entrega;;	- Recebimento provisório;	- Designação da comissão de recebimento;	- Recebimento definitivo; -Patrimoniamento de Bens;

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2024					
1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
-Recebimento definitivo; -Patrimoniamento dos Bens; -Elaboração do relatório de gestão (MJSP);	- Liquidação das NF-e; Pagamento do fornecedor;	- Prestação de contas;	-Elaboração do relatório final de execução (Gestão);	- Envio do relatório final de execução/ges-tão (MJSP);	- Ação concluída;
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;

AÇÃO 5 (META PC): REAPARELHAMENTO OPERACIONAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE GOIÁS POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE ARMAS, MUNIÇÕES, EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS OPERACIONAIS

VALOR DA AÇÃO 5: R\$ 3.930.953,00 (INVESTIMENTO: R\$ 2.205.550,60; CUSTEIO: R\$ 1.725.402,40).

Contextualização do problema:

A Polícia Civil do Estado de Goiás, para bem executar suas missões constitucionais, é imprescindível que possua forte e moderno aparelhamento disponibilizado a seus integrantes. A rapidez com que os criminosos se modernizam tem que ser acompanhada também pelas Forças de Segurança do Estado, sob risco de comprometimento da manutenção da ordem e paz social. Além da modernização dos instrumentos, há a necessidade de suprimento dos insumos para manter os treinamentos e operações.

Nesse sentido, atualmente a PCGO apresenta alguns aspectos a serem melhorados em relação ao aparato disponibilizado aos policiais nas atividades finalísticas, quais sejam:

- Quantidade de armas insuficientes para todo o efetivo da PCGO;
- Parte de armamento existente obsoleto, necessitando de modernização e padronização;
- Deficiência na proteção por meio de coletes balísticos, seja por quantidade ou por prazo de validade;
- Baixo estoque de munições, elementos imprescindíveis para o treinamento e atuação em operações policiais; e
- Carência de trajes específicos para operações policiais.

Diante do exposto, a presente ação pretende realizar a destinação de recursos visando dirimir os problemas acima elencados, conforme exposição a seguir.

Análise Diagnóstica do Problema:

1. Armamento em quantidade insuficiente e parte obsoleta.

Ao longo dos anos a Polícia Civil constatou a urgente necessidade de reestruturação, modernização e padronização de seus armamentos e produtos controlados. Percebe-se a cada dia o aumento do potencial ofensivo das armas utilizadas pelas organizações criminosas e facções. Várias apreensões de armamentos realizadas demonstram que estes vêm buscando sempre se aprimorarem neste sentido, prova disso são os conhecidos "kits rajadas" utilizados em pistolas, estas que tornam as armas completamente automáticas permitindo centenas de disparos por minutos e maior capacidade de munições. O apetrecho transforma a pistola em um tipo de submetralhadora. Apreensões de fuzis de última geração e armas de calibres utilizados somente pelas forças armadas são comuns em Goiás. Vários destes armamentos são oriundos de países vizinhos, entrando pela fronteira e chegando em Goiás com maior rapidez pelas rotas utilizadas visando acessar outros Estados.

Somente neste ano já foram apreendidos ARS, AKS, pistolas GLOCKs com kit rajada, barret .50, FAL, Mosquefal, entre outros armamentos, que antigamente eram exclusivos do crime organizado, e hoje, encontrados na base da pirâmide criminosa, principalmente nas quadrilhas especializadas em roubo a bancos, sequestros e tráfico de droga.

A disponibilidade de compra de armamentos de grosso calibre e alta capacidade de fogo no mercado paralelo, o acesso fácil e rápido às informações e comunicações e o incremento do poder aquisitivo dos criminosos (em razão da ampliação de seus negócios ilícitos, cada vez mais diversificados e vultosos) tem gerado dificuldades aos setores Estatais responsáveis pela prevenção e repressão da atividade criminosa. A cada dia são necessários novos e maiores investimentos do Estado na formação e treinamento dos seus agentes policiais, que se tornam cada vez mais especializados, utilizando equipamentos e conhecimentos específicos no combate ao crime dentre os quais estão os de altíssimo potencial ofensivo direto para a sociedade, que oferecem imenso risco de morte àqueles que se dedicam a combatê-las e também para aqueles que por infelicidade forem suas vítimas. Os policiais que combatem estas modalidades criminosas têm hoje que utilizar técnicas, equipamentos e armas especiais que possibilitem a repressão dos delitos com maior eficiência e segurança para si e para a sociedade.

Nesse sentido, tem-se que a Polícia Civil não pode estar despreparada e desequipada, especialmente nos momentos em que ocorrer confrontos. Percebe-se que cada vez mais a criminalidade armada, mesmo sem chance de reação, está optando por reagir de qualquer modo. Para se ter uma ideia, observemos o quadro abaixo, contendo o número de armas IDEAL (autorizado) comparado com o quantitativo REAL (existente).

TIPO	QUANTIDADE IDEAL (AUTORIZADA)	QUANTIDADE EXISTENTE
Pistola (.40mm / .45mm/ 9x19mm / .380 / 6.35mm)	6442	4447
Revólver (38 / 357 / 32 / 22)	6442	53
Carabina (5.56mm / 3.57 mm / .40mm)	645	334
Espingarda (12")	1289	294
Fuzil (7.62mm)	300	24
Fuzil de Precisão (.308mm)	120	4
Metralhadora (.9mm / .40)	1933	316

2. Quantidade e validade de coletes

A Polícia Civil do Estado de Goiás possui 1447 (um mil quatrocentos e quarenta e sete) unidades de coletes balísticos nível III-A. Cabe ressaltar que tal equipamento visa proteger a vida do agente de segurança durante confrontos com criminosos e em operações policiais, sendo este equipamento fator preponderante para que os policiais possam se sentir mais seguros e confiantes durante o exercício de suas atividades.

Nos quadros abaixo é apresentada a necessidade de renovação e expansão para os anos de 2022/2023:

EFETIVO ATUAL	NOVO CONCURSO	TOTAL
3.215	860	4075

COLETES DISPONÍVEIS	TOTAL
COLETES VENCIMENTO ATÉ 03/2027	200
COLETES VENCIMENTO ATÉ 240 08/2024	240
COLETES VENCIMENTO ATÉ 08/2025	174
COLETES VENCIMENTO ATÉ 09/2026	400
COLETES VENCIMENTO ATÉ 11/2025	433

TOTAL GERAL	1447
-------------	------

RECURSO DISPONÍVEL		
FONTE	QUANTIDADE	TOTAL
FUNDO A FUNDO 2020	451	R\$ 992.542,00
FUNDO A FUNDO 2021	227	R\$ 500.000,00
TOTAL	678	R\$ 1.492,542,00

Fonte: PCGO.

Considerando a situação atual, a necessidade de aquisição de coletes seria de um total de 1.950 unidades, considerando os recursos já obtidos com os repasses FAF 2020 e 2021.

3. Necessidade constante de reposição de estoque de munições

Estima-se que para cada disparo realizado em operações reais, em torno de 50 (cinquenta) disparos são realizados em treinamentos e cursos, visando o preparo do Policial Civil para não haver falhas na atuação operacional.

Esse gasto de munição na qualificação do policial é um investimento, pois nas atuações ostensivas o profissional está sob risco de colocar vidas a perder, seja dele mesmo ou de terceiros.

Existe ainda a questão do prazo de vencimento das munições, o que impossibilita o armazenamento por longos períodos, requerendo uma gestão que assegure o não desperdício e nem tampouco a falta de munições para o serviço diário.

Recentemente constatou-se que as munições 9mm fabricadas pela **Companhia Brasileira de Cartuchos - CBC** antes de 2022 não são compatíveis com as pistolas adquiridas através da Ata de Registro de Preços nº 28/2020 - SEGEN, tendo em vista que possuem carga de pólvora insuficientes para realizar o disparo com perfeição.

Nesse sentido, será necessária a aquisição de munições treina e operacionais para as 1.686 pistolas Berettas adquiridas pelo órgão, com previsão de recebimento em 2022/2023.

MUNIÇÕES 9mm			
TREINA NTA A 124 Grains	300.000	R\$ 2,94	R\$ 882.000,00
EXPO SUB BONDED A 147 Grains	400.000	R\$ 7,72	R\$ 3.084.000,00
TOTAL			R\$ 3.966.000,00

Fonte: Delegacia-Geral da Polícia Civil

Dessa forma, entende-se que a destinação de recursos deste eixo para a presente ação seja viável e justificável, sem muita complexidade.

4. Carência de trajes específicos para operações policiais.

A Polícia Civil do Estado de Goiás possui diversas Delegacias e Grupos Especializados, os quais são empenhados nas principais ações operacionais de alta complexidade. Nessas ações se faz necessário o uso de trajes especiais, adequados às atividades, seja no que tange à padronização visual quanto ao conforto e segurança necessários para que o policial possa atuar com a maior eficiência possível.

Considerando as restrições orçamentárias, nos últimos anos não foram realizadas aquisições desse tipo de roupa tática, de forma que atualmente existe a deficiência em estoque para o fornecimento aos policiais que já atuam nas especializadas e também àqueles que porventura sejam ali lotados.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual:

O presente projeto encontra-se alinhado aos objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás (2022-2031):

OBJETIVO ESTRATÉGICO: 2.1 ADEQUAR-SE À POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA.

(...)

2.1.1.4 Fomentar e monitorar o cumprimento das metas do Plano Nacional de Segurança Pública.

(...)

OBJETIVO ESTRATÉGICO: 4.1 ASSEGURAR A DISPONIBILIDADE E OTIMIZAR A APLICAÇÃO DOS RECURSOS COMPATÍVEIS À DEMANDA INSTITUCIONAL.

(...)

4.1.2 Aperfeiçoar o emprego dos recursos.

4.1.2.1 Monitorar e racionalizar a aplicação dos recursos captados por meio da adoção de critérios técnicos.

4.1.2.2 Priorizar o investimento de recursos da administração estadual à SSP para o desenvolvimento das atividades finalísticas.

Quanto ao Plano Estratégico da PCGO- 2017-2022 encontra-se alinhada no Eixo de Aperfeiçoamento da Logística, no cumprimento do Objetivo Estratégico da modernização periódica de armamentos e provisão de insumos, assim como na estratégia da modernização da gestão, com a atualização dos sistemas administrativos, através da implementação do sistema de gestão armas e munições.

Razões para que o problema seja alvo de intervenção:

Como pode-se observar, nesta ação a PCGO não está propondo nada de extraordinário, ou seja, elementos básicos da atividade policial, quais sejam: armas, coletes balísticos, munições e trajes operacionais.

Com a concretização desta proposta a sociedade é quem ganha, com uma polícia mais aparelhada e moderna, capaz de prestar serviços de melhor qualidade, com o fortalecimento das operações policiais, de forma que traga melhores resultados qualitativos e quantitativos durante as ações. As aquisições serão de grande valia, pois suprirá parte das demandas relativas a novos servidores a serem incorporados em razão do edital de concurso recém publicado, com previsão de incorporação em 2023.

Locais que serão contemplados:

De uma forma geral, todas as Delegacias Regionais de Polícia Civil do Estado serão contempladas com a presente ação, de acordo com as necessidades, a serem identificadas pelos Setores de Planejamento Operacional e Estratégico da Instituição.

Estratégia de Implementação:

A estratégia de implementação da presente ação se dará por meio do cumprimento de cinco metas específicas, conforme quadro abaixo:

Aquisição de armas longas	R\$ 1.380.000,00
Aquisição de armas curtas	R\$ 500.000,00
Aquisição de coletes balísticos	R\$ 1.005.550,60
Aquisição de Munições Letais diversas	R\$ 370.000,00
Aquisição de roupa tática para operações especiais da PCGO	R\$ 825.402,40

Após as aquisições realizadas, os bens serão distribuídos de forma estratégica e visando priorizar as regiões mais necessitadas de cada tipo de equipamento adquirido, de acordo com os apontamentos oriundos do setor responsável pelo planejamento operacional da instituição.

Resultados Esperados:

Aumentar a disponibilidade de Armamentos, Coletes Balísticos, Munições e Roupas Táticas aos Policiais Cíveis do Estado de Goiás

Formas de mensuração:

Relatório com planilha de bens incorporados à Instituição, demonstrando os resultados esperados.

EXTRATO DA AÇÃO 5 (PCGO):

META GERAL 2: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA CIVIL	
AÇÃO 5 (META PC): REAPARELHAMENTO OPERACIONAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE GOIÁS POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE ARMAS, MUNIÇÕES, EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS OPERACIONAIS	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE GOIÁS
RECURSO PLANEJADO	INVESTIMENTO: R\$ 2.885.550,60
	CUSTEIO: R\$ 1.195.402,40

ACÇÃO 6 (META PC): MODERNIZAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE GOIÁS POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E SOFTWARES PARA O SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

VALOR DA ACÇÃO 6: R\$ 2.530.000,00 (INVESTIMENTO: R\$ 2.000.000,00; CUSTEIO: R\$ 530.000,00)

Contextualização do Problema:

A existência de um parque tecnológico bem aparelhado e moderno é condição essencial para que a atividade policial investigativa obtenha sucesso. Investir constantemente nessa modernização também se torna uma necessidade, tendo em vista que a rapidez da evolução tecnológica às vezes é mais absorvida pelos criminosos do que pela própria polícia.

Nesse sentido, a PCGO propõe a aplicação de recursos oriundos do Fundo a Fundo para modernização do aparato tecnológico da instituição, visando atender dois aspectos que atualmente são prioritários:

1. Reposição de equipamentos de informática;
2. Implementação de softwares voltados à inteligência na atividade policial.

Análise Diagnóstica do Problema:

1. Reposição de equipamentos de informática:

Em função do necessário uso dos equipamentos de TI, diariamente e por toda a Administração Pública Estadual, torna-se clara a importância pela contratação de bens tecnológicos capazes de corresponder satisfatoriamente aos seus usuários, e, ao mesmo tempo, suportar com equilíbrio todo um crescimento de serviços, sob o risco de: Ocorrência de atrasos na execução de atividades e entrega de trabalhos, insuficiência de equipamentos e de recursos tecnológicos que atendam as demandas internas ou externas, risco de utilização de equipamentos sem garantia e manutenção específica.

A compra de novos equipamentos proporcionam diversos benefícios, dentre eles podemos destacar prover a Administração Pública Estadual de bens de TI necessários ao atendimento institucional em nível adequado de recursos, consolidar uma ata de registro de preços para atendimento de uma necessidade frequente dos órgãos envolvidos.

Para definição do tipo, especificação, configuração e finalidade dos itens a serem adquiridos, esta Divisão de Suporte Técnico e Informática (DSTI) realizou um levantamento do perfil de seus usuários que atuam tanto na área administrativa quanto nas Delegacias Regionais, Distritais e Especializadas, bem como também a característica de seus equipamentos.

Nesse levantamento, ficou evidenciado que grande parte do parque é formado por equipamentos de baixo e médio desempenho, sendo a grande maioria com mais de 5 (cinco) anos de uso e, diante da impossibilidade de substituição de todos os equipamentos em uma única aquisição, a melhor estratégia seria a aquisição de equipamentos de médio e alto desempenho para suprir as deficiências mais urgentes.

Ao observar o perfil dos usuários da DGPC característicos ao trabalho realizado com o uso dos equipamentos de TI, foram identificados:

Pessoal com acesso e uso a softwares de micro informática, tais como editores de texto, planilhas eletrônicas, editores de vídeos e imagens, acesso a sistemas da plataforma Web, criação de apresentações, necessidade de acesso à rede corporativa da instituição SSP-GO;

Pessoal com uso de software específicos nas áreas de Geoprocessamento, Engenharia e Arquitetura, Análise de Sistemas, Analistas de Inteligência, Sistemas de Análise de Vínculo, Analista de Quebra Telemática, Analista de Quebra de Sigilo Fiscal e Financeiro, Analista de Quebra de Sigilo Telefônico, Analista de Extração de Dados, Monitoramento de Tráfego de Dados na Internet, Tratamento de Imagens, Desenvolvimento, Banco de Dados, Suporte e Administração de Redes, Comunicação, entre outros;

Pessoal no serviço de atividade fim (de campo), com necessidade de equipamento portátil, com uso de softwares, tais como editores de texto, planilhas eletrônicas, editores de vídeos e imagens, acesso a sistemas da plataforma Web, criação de apresentações, entre outros;

Entendeu-se que 2 (dois) tipos de configuração de estações de trabalho Desktop seriam suficientes para atender a demanda dos perfis descritos, que foram definidos da seguinte forma:

Microcomputador Desktop Tipo I - Equipamento destinado a atividades rotineiras de escritório, de atendimento ao público e administrativas convencionais, que demandam performance de processamento médio.

Microcomputador Desktop Tipo II - Equipamento destinado a atividades que demandam alta performance em função de aplicativos e serviços especializados.

Estabilizador - Equipamento destinado a proteção dos equipamentos adquiridos.

Segundo o documento Boas Práticas, Orientação e Vedações para a Contratação de Ativos TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) do Governo Federal, para realizar aquisições de TI é necessário definir especificações técnicas de modo que elas sejam encaixadas conforme o ciclo de vida do equipamento.

O ciclo de vida dos equipamentos pode ser classificado em quatro etapas, são elas:

Fase 1 - Lançamento: equipamentos mais caros por serem produtos lançados recentemente e estão na vanguarda da tecnologia. Aquisição de equipamentos nesta etapa devem ser justificadas evidenciando a necessidade desempenho/capacidade que não possam ser atendidos por equipamentos de outras fases.

Fase 2 - Seleção: possuem menor custo quando comparado com os equipamentos da fase de lançamento, possuem alta capacidade de customização e níveis crescentes de padronização e de suporte de mercado.

Fase 3 - Menor preço/custo: os ativos de TI são produzidos em grandes escalas e apresentam seu menor custo de comercialização (aquisição e manutenção), possuem diversas configurações, alta padronização e suporte adequado do mercado. As estratégias de aquisições de TI devem contemplar bens que estejam contemplados nesta fase.

Fase 4 - Substituição: representa a última fase do ciclo de vida de equipamentos. Nesta fase os produtos apresentam baixa comercialização e alto custo de manutenção. Geralmente são compostos por computadores que fazem parte do espólio tecnológico do órgão. (SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, 2017)

É recomendado que **as aquisições de equipamentos de TI sejam realizadas para bens posicionados na fase 3 - Menor preço/custo** ou de forma alternativa na fase 2 - Seleção (desde que justificada a necessidade), e jamais deverá ocorrer na fase 4 - Substituição.

Considerando a velocidade de atualização de tecnológica serão considerados equipamentos que ultrapassaram a fase 1 - Lançamento os equipamentos (computadores e notebooks) com mais de 12 meses de lançamento. Para determinar a fase do equipamento deverão ser utilizados comparativos de preços, desempenho, quantidade de ofertas disponíveis no mercado, prazos de entrega e facilidade de manutenção. (SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, 2017)

A Política de Aquisição de Microcomputadores (Desktop e Notebook) tem como objetivo racionalizar o montante de investimento requerido ao longo do tempo e a aquisição de equipamentos parcelados, com a taxa de renovação de 20% ao ano. Desta forma, ao final de 5 (cinco) anos a manutenção de 100% do parque está com garantia de funcionamento e a disponibilidade de equipamentos com diferentes níveis de desempenho podem ser usados de acordo com as atividades internas do órgão. (SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, 2017)

Nesse sentido, com base nas aquisições e projeções realizadas pela força policial, chegou-se ao seguinte ciclo de renovação de equipamentos:

CICLO DE RENOVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS			
Por período	Projeção de aquisição em %	Total obsoletos	Projeção p/ substituição
2022	0,2	3005	399
2023	0,2	2606	521
2024	0,2	2085	521
2025 + equipamentos de 2020 (velhos)	0,2	1564	521
2026 + equipamentos de 2021 (velhos)	0,2	1043	521
2027 + equipamentos de 2022 (velhos)	0,2	522	522
2028 + equipamentos de 2023 (velhos)	0,2	0	0

Fonte: PCGO.

As medidas de modernização para tramitação de forma eletrônica dos procedimentos policiais confeccionados pela Polícia Civil, mediante integração dos sistemas SPP (Sistema de Procedimentos Policiais), afeto à Polícia Civil, e o sistema PROJUDI, afeto ao Poder Judiciário, impõem à Administração Pública a necessidade de atendimento imediato de diversas demandas de adequação.

À primeira vista, o uso de dois monitores em uma única estação de trabalho pode parecer desnecessário. Na prática, para profissionais que trabalham com procedimentos policiais, edição, monitoramento ou outras atividades que exigem constante alternâncias entre janelas, essa é uma configuração valiosa.

No caso de profissionais de monitoramento de informação, o aumento do espaço útil da tela pode dar agilidade ao trabalho. Enquanto a mídia é executada ou editada em uma tela, a degravação ou registro das informações pode ser feito em outra. Algumas das vantagens do uso de mais de um monitor são:

- Executar tarefas evitando a alternância entre janelas;
- Ampliar a possibilidade de comparação de informações;
- Exibir maior volume de informações na tela;
- Ter maior flexibilidade na organização do trabalho;
- Redução da chamada fadiga ocular;
- Possibilidade de reservar um espaço de uma das duas telas para software de tarefas ou integração de equipe, melhorando o fluxo de trabalho e a comunicação;

Ademais, tem sido reclamação recorrente na pasta a falta de computadores atualizados tecnologicamente e a necessidade do uso de uma segunda tela para melhora na eficiência e prestação dos serviços.

2. Implementação de softwares voltados à inteligência na atividade policial:

A atividade de inteligência é essencial ao melhor uso dos recursos policiais, e constitui uma garantia a mais na obtenção de conhecimento sobre ameaças à segurança pública – tais como: tráfico ilícito de drogas, homicídios, assaltos, latrocínio, roubo de carga, tráfico de seres humanos, violações de direitos humanos, dentre outras atividades típicas de organizações criminosas–, para cujos instrumentos de investigação convencional são insuficientes.

Faz-se necessário, destarte, investimento nessa área, mormente em instrumentos que permitam o bom andamento dessa missão institucional, garantindo mais eficiência no desempenho das atividades investigativas.

A evolução tecnológica das últimas décadas transformou hábitos, costumes e até mesmo culturas. Não se arquiva documentos ou dados pessoais, não se salda contas, não se locomove, não se comunica como outrora. Obviamente, a era da tecnologia não abrange apenas a sociedade proba e honesta, mas também os criminosos em geral e, principalmente, as organizações criminosas, que se comunicam, na maioria esmagadora dos casos, por redes sociais ou aplicativos de troca de mensagens por rede telemática, buscando sempre o maior sigilo em suas comunicações.

Atualmente, pode-se perceber que um dos crimes em evidência e em constante crescimento são os crimes cibernéticos. Os crimes cibernéticos ou cibercrimes são toda e qualquer atividade ilícita praticada na internet, por meio de dispositivos eletrônicos, como computadores e celulares.

Com a evolução dos dispositivos nas últimas décadas, evoluiu também a forma como os delitos são cometidos. O avanço da tecnologia e dos dispositivos será sempre acompanhado pelo desenvolvimento de novos crimes cibernéticos.

Nesse cenário, torna-se imprescindível fortalecer a atuação policial no combate a esse tipo de crime. Para tanto, forçoso se faz munir a Polícia Civil de todo o aparato necessário, com alta tecnologia capaz de subsidiar efetivamente as atividades de investigação e de inteligência.

A Polícia Civil do Estado de Goiás, através da Gerência de Operações de Inteligência - GOI, padece de severa dificuldade ou, em algumas hipóteses, completa impossibilidade de acesso a dados essenciais às investigações. Os equipamentos de informática disponíveis necessitam de atualização constante para acompanhar a evolução tecnológica, bem como encontra-se com déficit de equipamentos especiais de investigação.

Assim sendo, propõe-se a aquisição de alguns softwares de inteligência artificial tais como:

1 - Software de análise de transcrição de áudio: ferramenta de inteligência artificial, que será acoplada a uma outra ferramenta já existente na GOI, que facilitará a transcrição de áudio nas extrações de dados, e contribui para abertura do Laboratório de Repressão a Crimes Cibernéticos.

2 - Software de análise de vídeo: plataforma de investigação digital para visualizar e analisar dados de forma inteligente, além de verificar tais dados e integrar imagens adquiridas de diversas fontes em um único caso para exame. pedofilia, pornografia infantil. Também contribui para abertura do Laboratório de Repressão a Crimes Cibernéticos.

3 - Software de processamento digital de imagens (melhoramento): Possibilita uma melhor análise de um determinado vídeo, contribuindo na produção de relatório técnico de local de crimes virtuais.

Diante de tais desafios, a Gerência de Inteligência da Polícia Civil do Estado de Goiás, unidade composta por diversas divisões e seções das mais variadas nuances, reclama imediata modernização tecnológica.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual

Trata-se de tema intimamente relacionado ao fortalecimento da Gerência de Operações de Inteligência da Polícia Civil para atuação no Estado de Goiás, pois busca a estruturação de equipamentos e sistemas imprescindíveis às atividades investigativas de polícia judiciária e ao escoreito funcionamento das atividades de segurança pública.

A mencionada intervenção é compatível com o Plano Estratégico 2012-2022 e com o Plano Plurianual - PPA 2020-2023, que possui entre seus "Objetivos, Estratégias e Iniciativas" a Aprimorar a Apuração Penal. As aquisições também são compatíveis com o Plano Estadual de Segurança Pública, através dos programas de modernização e estruturação das unidades de segurança pública.

Encontra-se alinhada também em consonância com os **princípios** previstos no artigo 4º, inciso: XIII - otimização dos recursos materiais, humanos e financeiros das instituições; com as **diretrizes** previsto no art. 5º, incisos: VII - fortalecimento das instituições de segurança pública por meio de investimentos e do desenvolvimento de projetos estruturantes e de inovação tecnológica; e XI – “padronização de estruturas, de capacitação, de tecnologia e de equipamentos de interesse da segurança pública”; e os **objetivos** previstas no art. 6º, incisos: II – “apoiar as ações de manutenção da ordem pública e da incolumidade das pessoas, do patrimônio, do meio ambiente e de bens e direitos”; III – “incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de segurança pública”; e XXI – “estimular a criação de mecanismos de proteção dos agentes públicos que compõem o sistema nacional de segurança pública e de seus familiares”; da Lei 13.675 de junho de 2018, que cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS).

Encontra-se em consonância com o disposto nos incisos I - “[...] modernização de unidades policiais, [...]”- e II - “aquisição de materiais, de equipamentos e de veículos imprescindíveis ao funcionamento da segurança pública”- do Art. 5º da Lei 13.756, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).

Razões para que o problema seja alvo de intervenção:

Atualmente, pode-se perceber que um dos crimes em evidência e em constante crescimento são os crimes cibernéticos. Com a evolução dos dispositivos nas últimas décadas, evoluiu também a forma como os delitos são cometidos. O avanço da tecnologia e dos dispositivos será sempre acompanhado pelo desenvolvimento de novos [crimes cibernéticos](#).

Nesse cenário, torna-se imprescindível fortalecer a atuação policial no combate a esse tipo de crime. Para tanto, forçoso se faz munir a Polícia Civil de todo o aparato necessário, com alta tecnologia capaz de subsidiar efetivamente as atividades de investigação e de inteligência. Os principais ganhos com a implementação da presente ação está na melhoria dos serviços de investigação para prevenção e elucidação de crimes cibernéticos.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados:

A ação contemplará a Gerência de Operações de Inteligência - GOI/PC, situado na Região Metropolitana de Goiânia.

Estratégia de Implementação:

A implementação da presente ação dar-se-á basicamente em duas frentes:

1. Aquisição de equipamentos de informática, conforme descrição a seguir:

- Microcomputador Desktop Tipo I - Equipamento destinado a atividades rotineiras de escritório, de atendimento ao público e administrativas convencionais, que demandam performance de processamento médio;

- Microcomputador Desktop Tipo II - Equipamento destinado a atividades que demandam alta performance em função de aplicativos e serviços especializados;

- Estabilizador - Equipamento destinado a proteção dos equipamentos adquiridos.

2. Aquisição de alguns softwares de inteligência artificial tais como:

1 - Software de análise de transcrição de áudio: ferramenta de inteligência artificial, que será acoplada a uma outra ferramenta já existente na GOI, que facilitará a transcrição de áudio nas extrações de dados, e contribui para abertura do Laboratório de Repressão a Crimes Cibernéticos.

2 - Software de análise de vídeo: plataforma de investigação digital para visualizar e analisar dados de forma inteligente, além de verificar tais dados e integrar imagens adquiridas de diversas fontes em um único caso para exame. pedofilia, pornografia infantil. Também contribui para abertura do Laboratório de Repressão a Crimes Cibernéticos.

3 - Software de processamento digital de imagens (melhoramento): Possibilita uma melhor análise de um determinado vídeo, contribuindo na produção de relatório técnico de local de crimes virtuais.

Indicadores:

1. Quantidade de equipamentos de informática adquiridos e disponibilizados à PCGO;

2. Quantidade de softwares adquiridos e disponibilizados ao serviço de inteligência da PCGO.

Resultados Esperados:

1. Disponibilização de equipamentos de informática à PCGO;

2. Disponibilização de softwares ao serviço de inteligência da PCGO.

Formas de mensuração:

1. Relatório com planilha de bens incorporados à Instituição, demonstrando o alcance dos resultados esperados.

EXTRATO DA AÇÃO 6 (PCGO):

META GERAL 2: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA CIVIL	
AÇÃO 6 (META PC): MODERNIZAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE GOIÁS POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E SOFTWARES PARA SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA POLICIAL	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE GOIÁS
RECURSO PLANEJADO	INVESTIMENTO: R\$ 2.000.000,00
	CUSTEIO: R\$ 530.000,00
	Valor total da ação: R\$ 2.530.000,00
METAS ESPECÍFICAS	META ESPECÍFICA 1: Aquisição de equipamentos de informática: R\$ 2.000.000,00 (INVESTIMENTO) META ESPECÍFICA 2: Aquisição softwares para serviço de inteligência policial: R\$ 530.000,00 (CUSTEIO)
RESULTADOS ESPERADOS	1. Disponibilização de equipamentos de informática à PCGO; 2. Disponibilização de softwares ao serviço de inteligência da PCGO.
FORMAS DE MENSURAÇÃO	1. Relatório com planilha de bens incorporados à Instituição, demonstrando o alcance dos resultados esperados.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Elaboração de Termo de Referência;	- Cotação de preços;	- Elaboração dos editais de licitação;	- Publicação dos editais;	- Licitação;	- Assinatura de contratos;
2º SEMESTRE DE 2023					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
-Designação da Equipe de Gestão de Contratos; -Envio do relatório de acompanhamento (MJSP);	- Ordem de serviço e início do prazo para entrega.	- Prazo para entrega;	- Recebimento provisório;	- Designação da comissão de recebimento;	- Recebimento definitivo; -Patrimoniamento de Bens;

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2024					
1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
-Recebimento definitivo;					

-Patrimoniamento dos Bens; -Elaboração do relatório de gestão (MJSP);	- Liquidação das NF-e; Pagamento do fornecedor;	- Prestação de contas;	-Elaboração do relatório final de execução (Gestão);	- Envio do relatório final de execução/ges-tão (MJSP);	- Ação concluída;
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;

5.3 META GERAL 3: FORTALECIMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

ACÇÃO 7 (META BM): REAPARELHAMENTO OPERACIONAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS OPERACIONAIS - VALOR DA ACÇÃO 7: INVESTIMENTO - R\$ 3.000.000,00

Contextualização do problema

O Corpo de Bombeiros Militar possui a missão de proteger a vida, o patrimônio e o meio ambiente para o bem-estar da sociedade. Para viabilizar o cumprimento de sua missão, busca diuturnamente a capacitação, a prevenção e o reaparelhamento de viaturas e equipamentos com foco no conhecimento, melhoria dos serviços prestados à população e condições satisfatórias para que o seu militar possa desenvolver com segurança e eficiência o seu dever.

Com um efetivo total de 2.534 bombeiros militares, o CBMGO está presente em 44 municípios do Estado, atendendo, diretamente mais de 74,5% da população. Nos últimos 30 anos, a população do Estado de Goiás teve um acréscimo de mais de 74%, sendo um fator determinante na elevação do número de ocorrências de incêndios atendidas pelo CBMGO na última década.

Diante deste cenário é imperativo que o CBMGO adote, constantemente, medidas no sentido de assegurar o padrão dos serviços prestados e ainda se adequando às novas e crescentes demandas. Uma dessas medidas consiste na busca incansável pela modernização e reaparelhamento operacional da

Corporação. A cada dia que se passa, novas edificações são construídas, com diversas composições estruturais, o que implica em adaptações das viaturas e equipamentos para que os atendimentos sejam viabilizados com a maior eficiência possível.

Diante da crise econômica pela qual passa o país nos últimos anos, o Estado de Goiás, assim como outras Unidades Federativas, encontra-se com dificuldades em fazer os investimentos necessários para a renovação da frota e dos equipamentos necessários para atuação dos Bombeiros Militares Goianos.

Dessa forma, hoje um problema crônico que o CBMGO enfrenta é justamente a falta de novas viaturas e equipamentos necessários para a reposição do aparato em desuso pelo desgaste, bem como para emprego em regiões com novas demandas.

Análise Diagnóstica do Problema:

A atividade Bombeiro Militar é considerada uma das mais onerosas para a Administração Pública, e isso se deve principalmente ao fato de depender de viaturas e equipamentos de alto custo. Veículos de combate a incêndio, principalmente, são muito caros, devido à robustez, complexidade e tecnologia empregada. A grande maioria dos equipamentos para as atividades de salvamento e combate a incêndio são de tecnologia americana ou europeia, o que torna ainda mais onerosa a aquisição.

Nos últimos anos, diversas novas unidades de bombeiros foram inauguradas em todo o território goiano, a fim de cumprir o seu plano de expansão, com vistas a atender a crescente demanda pelos serviços da Corporação.

Tal fato tem exigido uma quantidade maior de viaturas e materiais para a devida operacionalização desses novos postos de atendimento. Nesse aspecto, ao longo dos anos, mesmo com aquisições constantes, constata-se ainda uma carência grande de diversas viaturas, materiais e equipamentos operacionais para manter o serviço de plantão de socorro sempre em boas condições de pronto emprego.

Neste sentido, no organograma institucional, o Comando de Apoio Logístico- CAL é o setor responsável pelo planejamento e controle das atividades relacionadas às necessidades de suprimento e manutenção da Corporação, bem como é parte da atribuição a indicação das principais demandas necessárias para execução das atividades operacionais e administrativas. Sendo assim, após levantamentos deste Comando, foram apresentados os principais problemas a serem superados atualmente por meio dos recursos do Fundo a Fundo a serem repassados no presente exercício:

1. Carência de novas viaturas , para atuação exclusiva das atividades finalísticas da Corporação, como: combate a incêndio urbano, florestal, além de viaturas de busca e salvamento; resgate pré-hospitalar, de vistoria e defesa civil, conforme quadro abaixo:

QUANTIDADE DE VIATURAS TERRESTRES (2022)- CBMGO	
TIPO	QUANTITATIVO
Caminhões de Combate a Incêndio (ABT)	61
Caminhões de Combate a Incêndio e Salvamento (ABTS)	10
Caminhões de Salvamento (ABS)	34
Caminhões de Combate a Incêndio Florestal (ABTF/ ACF)	17

Caminhões Tanque (AT)	13
Caminhões Guincho e Plataforma Aérea (AG/APA)	06
Veículos de Salvamento (ASA, ASN)	140
Veículos de resgate e ambulâncias (UR/USA/VIR/AA)	199
Motos de Resgate (MOB)	44
Veículos de transporte de tropa, carga e pessoal (ATT/ATC/ATP)	40
Veículos de busca, resgate e salvamento com cães (ABRESC)	02
Veículos Administrativos/Vistorias (AV)	259
Total	825

Fonte- Comando de Gestão Estratégica- CBMGO

2. Necessidade contínua de novas viaturas operacionais, para execução das atividades finalísticas, tais como:

QUANTIDADE DE VIATURAS - NECESSIDADE (2022)	
TIPO	QUANTITATIVO
Caminhões de Combate a Incêndio (ABT)	26
Veículos de Salvamento (ASA, ASN)	16
Veículos de resgate e ambulâncias (UR/USA/VIR/AA)	25
Veículos Administrativos/Vistorias (AV)	26
TOTAL (DÉFICIT)	93

Fonte: Comando de Gestão Estratégica- CBMGO

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital:

O presente projeto encontra-se alinhado aos objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás (2022-2031):

OBJETIVO ESTRATÉGICO: 2.1 ADEQUAR-SE À POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA.

(...)

2.1.1.4 Fomentar e monitorar o cumprimento das metas do Plano Nacional de Segurança Pública.

(...) OBJETIVO ESTRATÉGICO: 4.1 ASSEGURAR A DISPONIBILIDADE E OTIMIZAR A APLICAÇÃO DOS RECURSOS COMPATÍVEIS À DEMANDA INSTITUCIONAL.

(...)

4.1.2 Aperfeiçoar o emprego dos recursos.

4.1.2.1 Monitorar e racionalizar a aplicação dos recursos captados por meio da adoção de critérios técnicos.

4.1.2.2 Priorizar o investimento de recursos da administração estadual à SSP para o desenvolvimento das atividades finalísticas.

Razões para que o problema seja alvo de intervenção:

Atualmente o CBMGO enfrenta dificuldades nas respostas a grandes incêndios urbanos, florestais, além de grande demanda nos serviços de resgate, vistorias e ações de defesa civil. Essas situações podem ser consideravelmente melhoradas com o incremento e modernização de suas viaturas e equipamentos.

Investimentos dessas naturezas significam o emprego de recursos no que há de mais essencial dentro das atividades de Bombeiros. Por mais que uma corporação possa ter profissionais altamente capacitados, sem viaturas e equipamentos não é possível ser eficaz nos atendimentos.

Pelos motivos acima expostos, justificar a ação ora proposta se torna uma tarefa não complexa, ainda mais sabendo que a maior beneficiada com esse tipo de investimento é a sociedade, com serviços de qualidade à sua disposição.

Locais que serão contemplados:

A ação contemplará prioritariamente as unidades operacionais da Capital e região metropolitana, locais em que o desgaste das viaturas e equipamentos é maior devido ao número elevado de ocorrências.

Estratégia de Implementação:

A estratégia do reaparelhamento do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás por meio dos recursos ora pleiteados é a seguinte:

1. O Comando de Apoio Logístico, por meio de levantamentos técnico-operacionais, definirá tipo e quantidade de viaturas a serem adquiridas, preferencialmente por meio de adesão a atas de registro de preços disponíveis. De acordo com as necessidades prioritárias apresentadas no levantamento, considerando as atas de registro de preços disponíveis à época, poderão ser adquiridas viaturas de médio e grande porte, especiais para resgates, savamentos e combate a incêndios urbanos e/ou florestais e veículos para vistorias e Defesa Civil, conforme quadro apresentado no campo "análise diagnóstica do problema".
2. Realização das aquisições e, após o recebimento dos bens, será feito o devido tombamento e distribuição de acordo com as prioridades, nos locais definidos no item anterior.

Indicadores:

Número de viaturas operacionais disponibilizadas ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás.

Resultados Esperados:

Diponibilização de viaturas operacionais para fortalecimento operacional do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás.

Formas de mensuração:

Relatório com planilha demonstrativa do quantitativo de viaturas incorporadas no CBMGO, inclusive com registro fotográfico e demais provas de alcance dos resultados esperados.

EXTRATO DA AÇÃO 7 (CBMGO):

META GERAL 3: FORTALECIMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	
AÇÃO 7 (META BM): REAPARELHAMENTO OPERACIONAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS OPERACIONAIS	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
RECURSO PLANEJADO	INVESTIMENTO: R\$ 3.000.000,00
	CUSTEIO: R\$ 0,00
	Valor total da ação: R\$ 3.000.000,00
METAS ESPECÍFICAS	META ESPECÍFICA 1: Aquisição de viaturas operacionais para o Corpo de Bombeiros Militar, conforme prioridades estabelecidas pelo Comando de Apoio Logístico da Corporação, dentro das opções existentes no quadro de necessidades apresentado no campo "análise diagnóstica do problema"
RESULTADOS ESPERADOS	Disponibilização de viaturas operacionais para fortalecimento operacional do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás.
FORMAS DE MENSURAÇÃO	Relatório com planilha demonstrativa do quantitativo de viaturas incorporadas no CBMGO, inclusive com registro fotográfico e demais provas de alcance dos resultados esperados

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023
1º SEMESTRE DE 2023

JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Elaboração de Termo de Referência;	- Cotação de preços;	- Elaboração dos editais de licitação;	- Publicação dos editais;	- Licitação;	- Assinatura de contratos;
2º SEMESTRE DE 2023					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
-Designação da Equipe de Gestão de Contratos; -Envio do relatório de acompanhamento (MJSP);	- Ordem de serviço e início do prazo para entrega.	- Prazo para entrega;	- Recebimento provisório;	- Designação da comissão de recebimento;	- Recebimento definitivo; -Patrimoniamento de Bens;

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2024					
1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
-Recebimento definitivo; -Patrimoniamento dos Bens; -Elaboração do relatório de gestão (MJSP);	- Liquidação das NF-e; Pagamento do fornecedor;	- Prestação de contas;	-Elaboração do relatório final de execução (Gestão);	- Envio do relatório final de execução/ges-tão (MJSP);	- Ação concluída;
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;

AÇÃO 8 (META BM): FORTALECIMENTO OPERACIONAL POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INSUMOS PARA AS ATIVIDADES OPERACIONAIS DO CBMGO - VALOR DA AÇÃO 8: R\$ 2.900.000,00 (INVESTIMENTO: R\$ 1.180.000,00; CUSTEIO: R\$ 1.720.000,00).

Contextualização do problema

O Corpo de Bombeiros Militar possui a missão de proteger a vida, o patrimônio e o meio ambiente para o bem-estar da sociedade. Para viabilizar o cumprimento de sua missão, busca diuturnamente a capacitação, a prevenção e o reaparelhamento de viaturas e equipamentos com foco no conhecimento, melhoria dos serviços prestados à população e condições satisfatórias para que o seu militar possa desenvolver com segurança e eficiência o seu dever.

Com um efetivo total de 2.534 bombeiros militares, o CBMGO está presente em 44 municípios do Estado, atendendo diretamente mais de 74,5% da população. Nos últimos 30 anos, a população do Estado de Goiás teve um acréscimo de mais de 74%, sendo um fator determinante na elevação do número de ocorrências de incêndios atendidas pelo CBMGO na última década.

Além das atividades finalísticas de combate a incêndio e salvamento, a Corporação, implantou, há 20 anos o serviço de resgate pré-hospitalar na Corporação, com a criação do Grupamento de Resgate Pré-Hospitalar em Goiânia, momento em que também foi iniciado pela Secretaria de Estado da Saúde o Sistema Integrado de Atendimento ao Trauma e Emergências (SIATE), parceria que perdura com sucesso, inclusive nos atendimentos aeromédicos. Destarte, os atendimentos primários de saúde são realizados de forma a propiciar o suporte básico e avançado de vida às vítimas em situações de urgências e emergências, contribuindo de maneira expressiva para a manutenção da integridade física, sobrevida e saúde do paciente até o encaminhamento à unidade hospitalar.

O Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás, por meio de seus setores de planejamento operacional e estratégico, estabeleceu que, para contribuir com a redução da mortalidade em consequência da criminalidade, seria pertinente a aplicação de recursos nessa área na Corporação para atender, prioritariamente, a carência de equipamentos e materiais de insumo para o serviço operacional.

Análise diagnóstica do problema

No organograma institucional, o Comando de Apoio Logístico- CAL é o setor responsável pelo planejamento e controle das atividades relacionadas às necessidades de suprimento e manutenção da Corporação, bem como é parte da atribuição a indicação das principais demandas necessárias para execução das atividades

operacionais e administrativas. Sendo assim, o CBMGO, atualmente, possui o seguinte quadro de viaturas, integradas no Setor Patrimonial:

QUANTIDADE DE VIATURAS TERRESTRES (2022)- CBMGO	
TIPO	QUANTITATIVO
Caminhões de Combate a Incêndio (ABT)	61
Caminhões de Combate a Incêndio e Salvamento (ABTS)	10
Caminhões de Salvamento (ABS)	34
Caminhões de Combate a Incêndio Florestal (ABTF/ ACF)	17
Caminhões Tanque (AT)	13
Caminhões Guincho e Plataforma Aérea (AG/APA)	06
Veículos de Salvamento (ASA, ASN)	140
Veículos de resgate e ambulâncias (UR/USA/VIR/AA)	199
Motos de Resgate (MOB)	44
Veículos de transporte de tropa, carga e pessoal (ATT/ATC/ATP)	40
Veículos de busca, resgate e salvamento com cães (ABRESC)	02
Veículos Administrativos/Vistorias (AV)	259
Total	825

Fonte: Comando de Gestão Estratégica- CBMGO

As viaturas de combate a incêndio, salvamento, resgate e as ambulâncias são equipadas, para realização das suas atividades finalísticas, por consequência, são serviços prestados diuturnamente e, pela sua natureza do serviço, necessitam de reposição constante. Após levantamentos do Comando de Apoio Logístico da Corporação, foram apresentados os principais problemas a serem superados atualmente por meio dos recursos do Fundo a Fundo a serem repassados no presente exercício:

1. Carência de equipamentos de resgate, salvamento, combate a incêndio, para atuação exclusiva das atividades finalísticas da Corporação, conforme lista exemplificativa:

- Equipamentos de Combate a Incêndio, como: esguichos, sopradores, bombas costais, exaustores, botas, capacetes, equipamentos de proteção respiratória, entre outros;
- Equipamentos de Salvamento Terrestre, como: desencarcerador, macas, ferramentas diversas, capacetes e outros;
- Equipamentos de Salvamento em Altura, tais como: freio, mosquetão, ascensor, capacete, cadeiras de rapel, luvas e outros;
- Equipamentos de Salvamento Aquático e Mergulho de Resgate, entre eles: cela de mergulho, cilindros, esnorquel, máscaras de mergulho, nadadeiras, roupas de neoprene, Life Belt e outros.
- Materiais de Busca.

2. Necessidade de materiais para uso e consumo, com a finalidade de executar as atividades de combate a incêndio urbano, florestal, além das atividades de busca e salvamento e resgate pré-hospitalar, que serão utilizados nas ocorrências, conforme listas exemplificativas:

- Insumos de Resgate Pré-Hospitalar:

- Luvas;
- Ataduras;
- Máscaras;
- Óculos;
- Gazes;
- Material de Assepsia;
- Material de Esterilização;
- Talas;
- Colar Cervical, entre outros.

- Insumos para Salvamento e combate a Incêndio:

- Mangueiras;
- Bala Clavas;
- Luvas;
- Abafadores;
- Líquido Gerador de Espuma;
- Cabos de Salvamento;
- Fita Tubular, entre outros.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital:

O presente projeto encontra-se alinhado aos objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás (2022-2031):

OBJETIVO ESTRATÉGICO: 2.1 ADEQUAR-SE À POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA.

(...)

2.1.1.4 Fomentar e monitorar o cumprimento das metas do Plano Nacional de Segurança Pública.

(...) OBJETIVO ESTRATÉGICO: 4.1 ASSEGURAR A DISPONIBILIDADE E OTIMIZAR A APLICAÇÃO DOS RECURSOS COMPATÍVEIS À DEMANDA INSTITUCIONAL.

(...)

4.1.2 Aperfeiçoar o emprego dos recursos.

4.1.2.1 Monitorar e racionalizar a aplicação dos recursos captados por meio da adoção de critérios técnicos.

4.1.2.2 Priorizar o investimento de recursos da administração estadual à SSP para o desenvolvimento das atividades finalísticas.

Locais que serão contemplados:

A ação contemplará prioritariamente as unidades operacionais da Capital e região metropolitana, locais em que o número de ocorrências de resgate, salvamento e combate a incêndios, é maior devido ao número elevado de atendimentos:

Estratégia de Implementação:

A estratégia do reaparelhamento do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás por meio dos recursos ora pleiteados é a seguinte:

1. O Comando de Apoio Logístico, por meio de levantamentos técnico-operacionais, definirá os tipos e quantidades de equipamentos e insumos de combate a incêndio, salvamento e resgate a serem adquiridos, preferencialmente por meio de adesão a atas de registro de preços disponíveis. De acordo com as necessidades prioritárias apresentadas no levantamento, considerando as atas de registro de preços disponíveis à época, poderão ser adquiridos materiais, equipamentos e insumos conforme listas exemplificativas apresentadas no campo "análise diagnóstica do problema".

2. Realização das aquisições e, após o recebimento dos bens, será feito o devido tombamento e distribuição de acordo com as prioridades, nos locais definidos no item anterior.

Indicadores:

Quantidade de equipamentos, materiais operacionais e insumos adquiridos e disponibilizados ao o serviço operacional de combate a incêndio, salvamento e resgate do CBMGO.

Resultados Esperados:

Disponibilização de equipamentos, materiais operacionais e insumos adquiridos e disponibilizados ao o serviço operacional de combate a incêndio, salvamento e resgate do CBMGO.

Formas de mensuração:

Relatório com planilha demonstrativa do quantitativo de bens adquiridos, inclusive com registro fotográfico, comprovando os resultados esperados.

EXTRATO DA AÇÃO 8 (CBMGO):

META GERAL 3: FORTALECIMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	
AÇÃO 8 (META BM): FORTALECIMENTO OPERACIONAL POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INSUMOS PARA AS ATIVIDADES OPERACIONAIS DO CBMGO.	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
RECURSO PLANEJADO	INVESTIMENTO: R\$ 1.180.000,00
	CUSTEIO: R\$ 1.720.000,00
	Valor total da ação: R\$ 2.900.000,00
METAS ESPECÍFICAS	META ESPECÍFICA 1: Aquisição de equipamentos, materiais operacionais e insumos para o serviço operacional de combate a incêndio, salvamento e resgate do CBMGO, conforme prioridades estabelecidas pelo Comando de Apoio Logístico da Corporação, dentro das opções existentes no quadro exemplificativo apresentado no campo "análise diagnóstica do problema"
RESULTADOS ESPERADOS	Disponibilização de equipamentos, materiais operacionais e insumos adquiridos e disponibilizados ao o serviço operacional de combate a incêndio, salvamento e resgate do CBMGO.

FORMAS DE MENSURAÇÃO	Relatório com planilha demonstrativa do quantitativo de bens adquiridos, inclusive com registro fotográfico, comprovando os resultados esperados.
-----------------------------	---

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Elaboração de Termo de Referência;	- Cotação de preços;	- Elaboração dos editais de licitação;	- Publicação dos editais;	- Licitação;	- Assinatura de contratos;
2º SEMESTRE DE 2023					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
-Designação da Equipe de Gestão de Contratos; -Envio do relatório de acompanhamento (MJSP);	- Ordem de serviço e início do prazo para entrega.	- Prazo para entrega;	- Prazo para entrega;	- Prazo para entrega;	- Prazo para entrega;

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2024					
1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
-Recebimento dos bens; -Patrimoniamento dos Bens; -Elaboração do relatório de gestão (MJSP);	- Liquidação das NF-e; Pagamento do fornecedor;	- Prestação de contas;	-Elaboração do relatório final de execução (Gestão);	- Envio do relatório final de execução/ges-tão (MJSP);	- Ação concluída;
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;

5.4 META GERAL 4: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA TÉCNICO- CIENTÍFICA

ACÇÃO 9 (META SPTC): FORTALECIMENTO OPERACIONAL POR MEIO DA CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO DE ALOJAMENTO PARA SERVIDORES DA SPTC. VALOR DA ACÇÃO 9: R\$ 1.500.000,00 (INVESTIMENTO)

Contextualização do Problema:

Atualmente, a Polícia Técnico-Científica é composta pelos seguintes cargos: médico legista, perito criminal, auxiliar de laboratório, auxiliar de autópsia e fotógrafo criminalístico. Além desses servidores de carreira policial existem os servidores administrativos, os quais desempenham diversas funções para auxiliarem nos trabalhos periciais. Todas essas pessoas, que totalizam cerca de 470 (quatrocentos e setenta) servidores, trabalham na sede da SPTC/GO, isto é, são lotados no Instituto de Criminalística Leonardo Rodrigues (ICLR) ou no Instituto Médico Legal Aristóclides Teixeira (IMLAT). Esses servidores serão beneficiados diretamente pela estruturação do Alojamento. Além deles, poderão utilizar esse espaço os servidores lotados nos interiores do Estado de Goiás e que, por ventura, estejam em Goiânia, totalizando assim cerca de 1100 (mil e cem) pessoas.

De acordo com os levantamentos prioritários realizados pelo SESMT/SPTC, atualmente os principais problemas apresentados no âmbito da Perícia Oficial de Goiás no que tange a condições de saúde dos Servidores estão relacionados a:

1. Locais apropriados para realização das refeições;

2. Locais apropriados para repouso e desconpressão.

Análise Diagnóstica do Problema:

A gestão da Polícia Técnico-Científica (STPC/GO) busca implementar um alojamento completo com espaço para repouso e desconpressão, além de desenvolver programas de atividades físicas, e no futuro próximo, o objetivo é a total reestruturação da academia de musculação da sede da STPC/GO. Caso não haja intervenção, a atual situação tenderá a piorar e agravar, pois os alojamentos atuais se encontram na sua lotação máxima, sem mencionar que o atual número de servidores da perícia oficial do estado está defasado, e o processo seletivo para contratação de novos servidores acontecerá nos próximos dias, sendo assim, haverá um aumento do número de servidores e consequentemente necessidade de mais dormitórios. No mais, a construção do novo alojamento proporcionará a relocação do espaço físico, com a possibilidade de ampliação dos laboratórios e almoxarifado.

Importante ressaltar a falta de alojamentos compostos por dormitórios, por gênero, feminino e masculino, sendo que atividades preventivas para o bem estar de todos os servidores é uma premissa para a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás. Dessa forma, na busca pelo fortalecimento das Instituições, a atual gestão busca incessantemente, na implementação de estratégias para que todos os servidores estejam fisicamente aptos às suas atividades laborais.

Outro ponto crucial, na atualidade, é o número de alojamentos disponíveis aos Servidores da Perícia Oficial, sendo distribuídos da seguinte forma: 01(um) alojamento para perícias externas, localizado no Instituto Criminal; 01(um) alojamento do Instituto Médico Legal, para auxiliares, médicos e odontologistas) e ainda alguns dormitórios destinados às seções internas, que trabalham em regime de plantão.

Se formos considerar o efetivo atual dos Servidores que utilizam o alojamento do IML/GO, temos os seguintes dados:

- Relatório de quantitativo de pessoal e camas disponíveis nos alojamentos IML, diariamente:
- Condutores de VTR: 15 plantonistas – 3 camas beliches disponíveis (6 colchões);
- Fotógrafos Criminalísticos: 10 plantonistas - 1 cama beliche disponível (2 colchões);
- Atendentes do Plantão: 6 plantonistas – 1 cama beliche disponível (2 colchões);
- Plantonistas peritos - alojamentos masculinos: 29 plantonistas – 3 alojamentos - 2 camas/2 colchões por alojamento;
- Plantonistas peritas e fotógrafa - alojamento feminino (suíte): 14 plantonistas – 6 camas disponíveis(6 colchões).

Como pode ser observado, nos serviços desenvolvidos pelos profissionais de segurança pública adota-se, quando possível, uma rotina de permitir aos profissionais que renovem suas energias por meio de pausas, nas quais possam realizar refeições e gozar de alguns momentos de relaxamento, no intuito de conservar as condições de pronto emprego com o máximo de disposição física e mental.

Nesse sentido, é de praxe haver nas unidades policiais alguns locais pré-destinados à realização de refeições e descanso. No entanto, nem sempre esses locais possuem o aparato necessário, nem tampouco apresentam condições mínimas de conforto e de higiene.

Com isso, no intuito de nortear os investimentos para a melhoria dessas condições, o pessoal técnico da STPC/GO embasou-se na regulamentação trabalhista (NR-24), e temos as seguintes orientações a serem observadas (nessas definições fica clara a diferença entre alojamento, dormitório e quarto):

24.7.1 Alojamento é o conjunto de espaços ou edificações composto de dormitório, instalações sanitárias, refeitório, áreas de vivência e local para lavagem e secagem de roupas, sob responsabilidade do empregador, para hospedagem temporária de trabalhadores.

24.7.2 Os dormitórios dos alojamentos devem:

- a) ser mantidos em condições de conservação, higiene e limpeza;
- b) ser dotados de quartos;
- c) dispor de instalações sanitárias, respeitada a proporção de 01 (uma) instalação sanitária com chuveiro para cada 10 (dez) trabalhadores hospedados ou fração;
- d) ser separados por sexo.

24.7.3 Os quartos dos dormitórios devem:

- a) possuir camas correspondente ao número de trabalhadores alojados no quarto, vedado o uso de 3 (três) ou mais camas na mesma vertical, e ter espaçamentos vertical e horizontal que permitam ao trabalhador movimentação com segurança;
- b) possuir colchões certificados pelo INMETRO;
- c) possuir colchões, lençóis, fronhas, cobertores e travesseiros limpos e higienizados, adequados às condições climáticas;
- d) possuir ventilação natural, devendo esta ser utilizada conjuntamente com a ventilação artificial, levando em consideração as condições climáticas locais;
- e) possuir capacidade máxima para 8 (oito) trabalhadores;
- f) possuir armários;
- g) ter, no mínimo, a relação de 3,00 m² (três metros quadrados) por cama simples ou 4,50 m² (quatro metros e cinquenta centímetros quadrados) por beliche, em ambos os casos incluídas a área de circulação e armário; e
- h) possuir conforto acústico conforme NR-17.

24.7.3.2 Os armários dos quartos devem ser dotados de sistema de trancamento e com dimensões compatíveis para a guarda de roupas e pertences pessoais do trabalhador, e enxoval de cama.

24.7.5.2 É vedado o preparo de qualquer tipo de alimento dentro dos quartos.

No intuito de atender às orientações constantes na referida Norma Regulamentadora, a Polícia Civil do Estado de Goiás está propondo com a presente ação destinar recursos para a melhoria das condições dos locais de alimentação, repouso e desconpressão, visando atender os itens apresentados como exigências mínimas de conforto e higiene.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual, ao Plano Plurianual vigente e à Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social.

A caracterização dos interesses recíprocos entre o proponente e a União versa sobre o fortalecimento das instituições de segurança pública, mais precisamente a Polícia Técnico Científica, ação que está prevista na Lei nº 13.675/2018, que cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), em que, em seu art. 25, e inciso IV cita “identificar e propor mecanismos de valorização profissional;” e também em seu inciso V alude “ apoiar e promover o sistema de saúde

para os profissionais de segurança pública e defesa social;”. Além disso, o presente projeto encontra-se alinhado aos objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás (2022-2031):

OBJETIVO ESTRATÉGICO: 2.1 ADEQUAR-SE À POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA.

(...)

2.1.1.4 Fomentar e monitorar o cumprimento das metas do Plano Nacional de Segurança Pública.

(...) **OBJETIVO ESTRATÉGICO: 4.1 ASSEGURAR A DISPONIBILIDADE E OTIMIZAR A APLICAÇÃO DOS RECURSOS COMPATÍVEIS À DEMANDA INSTITUCIONAL.**

(...)

4.1.2 Aperfeiçoar o emprego dos recursos.

4.1.2.1 Monitorar e racionalizar a aplicação dos recursos captados por meio da adoção de critérios técnicos.

4.1.2.2 Priorizar o investimento de recursos da administração estadual à SSP para o desenvolvimento das atividades finalísticas.

Razões para que o problema seja alvo de intervenção:

Tendo em vista o acréscimo de servidores policiais e servidores administrativos à referida Instituição de Polícia Científica nos últimos cinco anos, as estruturas de alojamento existentes tornaram-se insuficientes para abrigar parte desses servidores que foram lotados na capital goiana, mais precisamente no ICLR e no IML. Além disso, a SPTC não apresenta estrutura adequada para a utilização e o funcionamento de uma academia de musculação, de forma que os servidores não se beneficiam dos equipamentos ergonômicos já disponibilizados.

Readequar os alojamentos dos servidores de maneira proporcional aos números de usuários valorizará a qualidade de trabalho, modernizando a estrutura da SPTC e estimulando a qualidade de vida dos servidores por meio de práticas saudáveis no âmbito do trabalho e reduzir o afastamentos de servidores relacionados às licenças médicas devido às doenças cardiovasculares e depressões.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados:

Será contemplada, com a realização do projeto, a estrutura do complexo da SPTC localizada em Goiânia.

Estratégia de Implementação:

Após a finalização de todos os projetos necessários, será realizada a contratação de empresa especializada para a construção do Complexo composto por alojamentos e academia será estruturado a partir dos projetos básico e executivo apresentados no projeto.

Após a contratação será executada a obra, com o devido acompanhamento da equipe de obras da SPTC/GO até a sua plena conclusão.

Finalizada a execução, o Complexo de Alojamento será inaugurado pela gestão da SPTC/GO e divulgado através de mídias sociais e oficiais.

Em relação à academia, profissionais de educação física serão contratados através dos convênios.

Indicadores:

Obra do Complexo de Alojamento disponibilizado aos servidores da SPTC/GO.

Resultados Esperados:

Construção e disponibilização de Complexo de Alojamento aos servidores da SPTC/GO.

Formas de mensuração:

Relatório consubstanciado demonstrando a conclusão da obra, inclusive com registros fotográficos, comprovando o alcance dos resultados esperados.

EXTRATO DA AÇÃO 9 (SPTC)

META GERAL 4: FORTALECIMENTO DA PERÍCIA OFICIAL	
AÇÃO 9 (META SPTC): FORTALECIMENTO OPERACIONAL POR MEIO DA CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO DE ALOJAMENTO PARA SERVIDORES DA SPTC.	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA DO ESTADO DE GOIÁS
RECURSO PLANEJADO	INVESTIMENTO: R\$ 1.500.000,00
	CUSTEIO: R\$ 0,00

	Valor total da ação: R\$ 1.500.000,00
METAS ESPECÍFICAS	META ESPECÍFICA 1: Contratação de empresa especializada para a construção do Complexo composto por alojamentos e academia será estruturado a partir dos projetos básico e executivo apresentados.
RESULTADOS ESPERADOS	Construção e disponibilização de Complexo de Alojamento aos servidores da SPTC/GO.
FORMAS DE MENSURAÇÃO	Relatório consubstanciado demonstrando a conclusão da obra, inclusive com registros fotográficos, comprovando o alcance dos resultados esperados.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Elaboração de Termo de Referência;	- Cotação de preços;	- Elaboração dos editais de licitação;	- Publicação dos editais;	- Licitação;	- Assinatura de contratos;
2º SEMESTRE DE 2023					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
-Designação da Equipe de Gestão de Contratos; -Envio do relatório de acompanhamento (MJSP);	- Ordem de serviço e início da obra.	- Execução da obra;	Execução da obra;	Execução da obra;	Execução da obra;

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2024					
1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Execução da obra; -Elaboração do relatório de gestão (MJSP);	Execução da obra;	Execução da obra;	- Liquidação Pagamento - Prestação de contas	- Elaboração e envio do relatório final de execução/gestão (MJSP);	- Ação concluída;
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;

ACÇÃO 10 (META SPTC): FORTALECIMENTO OPERACIONAL POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INSUMOS ESSENCIAIS PARA OS LABORATÓRIOS DA SPTC. VALOR DA ACÇÃO 10: R\$ 510.799,66 (INVESTIMENTO: R\$ 288.829,66; CUSTEIO: R\$ 221.970,00).

Contextualização do Problema:

A Polícia Técnico-Científica do Estado de Goiás conta com aproximadamente 11(onze)Seções/Laboratórios especializados, localizados tanto na Capital quanto nas Coordenações distribuídas no estado. Esses laboratórios são responsáveis pelo atendimento das perícias internas solicitadas à instituição. Com o alto volume de atendimento anual, é natural que haja o uso de diversos equipamentos e insumos específicos de cada área em questão, o que provoca uma grande demanda financeira com o custeio dos mesmos e as reposições devidas.

As vítimas que morrem por causas violentas, suspeitas e por causas indeterminadas, que são objeto de investigação criminal, dão entrada nos IML's, onde passam por exame cadavérico. Se, nesta perícia, o médico legista não conseguir detectar a causa da morte através do exame feito a "olho nu" ou se há suspeita de algum outro

fator patológico que tenha contribuído para a morte da vítima, o médico legista do caso vai solicitar uma perícia microscópica, que é desempenhada pela equipe da Seção de Patologia Forense.

Através da análise macro e microscópica, é possível elucidar diversos tipos de crimes. Com esta análise mais detalhada é possível obter mais informações que vão auxiliar na investigação da causa da morte. Sem uma Patologia Forense forte, alguns casos suspeitos e complexos ficam sem esta análise detalhada e, conseqüentemente, não é possível determinar a causa do óbito.

Para que o exame microscópico aconteça, um longo processo é realizado desde a coleta até a preparação do material a ser analisado. O exame patológico forense consiste em analisar os tecidos e constatar se há algum tipo de alteração que possa ter sido a causa ou potencializador de um óbito. Entre as análises, é possível detectar doenças cardiovasculares, traumas em órgãos, neoplasias, doenças trombotogênicas, coagulopatias, alterações anatomopatológicas que tenham contribuído para a morte, entre outras análises que não são perceptíveis na necropsia.

Atualmente, no que tange às atividades de Laboratórios, a Polícia Técnico-Científica do Estado de Goiás enfrenta dificuldades na reposição de equipamentos antigos e também na ampliação do aparato para expandir a capacidade de análise. Além disso, existe uma demanda constante de insumos para os laboratórios, que se torna um problema também a ser superado continuamente.

Os problemas prioritários no que tange à carência de equipamentos, são os seguintes:

- Laboratório de Patologia forense: processador de tecidos, um micrótomo rotativo e dois microscópios trinoculares para dois observadores frente a frente.
- Laboratório de Biologia e DNA forense: câmara fria para guarda e conservação dos vestígios biológicos existentes

Análise Diagnóstica do Problema:

A Patologia é a área da ciência que estuda doenças, as alterações que elas provocam no organismo e mortes provocadas por anormalidades patológicas. Já a Patologia Forense é a aplicação do conhecimento científico da Patologia para fins de investigações criminais. A atividade desenvolvida pelo Laboratório de Patologia Forense da SPTC-GO é essencial para elucidação de casos complexos que demandam uma investigação microscópica e macroscópica para descobrir qualquer tipo de alteração anatômica ou fisiológica de tecidos e órgãos. As análises resultam em laudos mais precisos para casos que poderiam ficar indeterminados, dando celeridade à busca pela justiça.

Em virtude da crescente demanda do Laboratório de Patologia Forense, os equipamentos existentes estão ficando insuficientes para a liberação dos exames em tempo hábil. No ano de 2020 foram realizados 241 exames, com análise 1389 vísceras. Em 2021, 490 exames, com a análise de 3297 vísceras. Em 2022 (até o dia 12 de agosto) já foram realizados 270 exames e 2022 vísceras. Para que a celeridade característica deste departamento não seja perdida, faz-se necessária ampliação da capacidade de processamento de tecidos e cortes através da aquisição de um novo processador de tecidos, um micrótomo rotativo e dois microscópios trinoculares para dois observadores frente a frente.

Já a aquisição de insumos essenciais para Laboratórios se faz necessária para manutenção e diminuição de prazo de entrega dos serviços prestados.

O Laboratório de Biologia e DNA Forense possui uma câmara fria pequena, insuficiente para atender a demanda de arquivamento de material do Laboratório. De forma a atender a demanda e otimizar o espaço de guarda de amostras, o Laboratório dispõe de uma sala que necessita ser inteiramente disponibilizada para instalação de câmara fria para guarda e conservação dos vestígios biológicos existentes. Assim, a intenção é ampliar o espaço da câmara fria hoje existente, para otimizar o espaço de guarda. Independente da existência de central de custódia, o laboratório tem a demanda de armazenamento de vestígios de exames já realizados, no qual tem a obrigatoriedade de armazenamento conforme Código de Processo Penal. Com a aumento da câmara fria, o laboratório pretende diminuir a quantidade de freezers existentes que de difícil controle e manutenção e gestão de espaço.

O laboratório é responsável pelo arquivamento de todos os vestígios biológicos relacionados aos exames de Biologia Forense e DNA de crimes de estupro, homicídio e identificação humana. Sendo imprescindível a aquisição da nova câmara fria para que todas as amostras estejam corretamente armazenadas.

Informamos que o equipamento é para ser utilizado para o armazenamento de amostras biológicas (vestígios) relacionados aos exames periciais de DNA, envolvendo amostras de cadáveres e crimes sexuais, em sua maioria. São vestígios que precisam de refrigeração para minimizar os efeitos da degradação do material e perda de qualidade da prova pericial. A ampliação da câmara fria é necessária para melhor adequação do armazenamento de vestígios do laboratório.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual, ao Plano Plurianual vigente e à Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social.

O presente projeto está alinhado com o planejamento de segurança pública nos Processos Internos do Mapa Estratégico: “Alcançar excelência na materialização de provas periciais criminais e na identificação civil e criminal”.

Este projeto apresenta correlação com o Plano Plurianual no Eixo Goiás da Paz, de acordo com os seguintes compromissos: *“Modernização dos mecanismos institucionais e operacionais”*.

Quanto à Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), prevista na Lei nº 13.675/2018, este projeto apresenta relação com o fortalecimento das instituições de segurança pública. Em seu art. 4º, inciso V, a Lei nº 13.675/2018 traz como princípio: *“eficiência na repressão e na apuração das infrações penais;”* que também está alinhada com a diretriz contida no art. 5º, inciso VII: *“fortalecimento das instituições de segurança pública por meio de investimentos e do desenvolvimento de projetos estruturantes e de inovação tecnológica”*; e com o objetivo contido no art. 6º, inciso III *“incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de segurança pública;”*.

Desta forma, a aquisição de equipamentos atenderá tanto aos interesses da Polícia Técnico-Científica do Estado de Goiás, quanto aos do Estado e da União, pois visa à aquisição de equipamentos modernos para continuidade de entrega de resultados eficientes e resolutivos no campo da perícia criminal, além de aumentar a capacidade do laboratório de Patologia Forense que segue uma crescente exponencial no número de exames solicitados.

Em relação aos insumos, o projeto estará alinhado aos objetivos estratégicos dispostos no Planejamento Estratégico da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás (2012-2022), visto que busca atingir o Objetivo Estratégico - 8.21 - alcançar a excelência na materialização de provas periciais criminais e na identificação civil e criminal.

Razões para que o problema seja alvo de intervenção

Os laboratórios que compõem a Perícia Criminal, recebem todos os tipos de materiais para serem processados e analisados, e são responsáveis por analisar os vestígios. Os recursos advindos da esfera federal atenderão a ampliação da capacidade de trabalho do Laboratório de Patologia Forense, uma situação de extrema urgência, pois o aumento na demanda dos exames periciais é exponencial, com o crescimento de 45%, nos últimos 02 anos. O vertiginoso crescimento da demanda ocorreu devido a eficiência do Departamento nas análises, e com isso a entrega das soluções às demandas de maneira rápida e assertiva, colaborando de forma crucial para a conclusão do laudo pericial.

Ganhos com a implementação da presente ação:

- Melhoria do atendimento à população goiana e garantindo redução no tempo entre a necrópsia e a liberação do laudo final (melhorar o tempo de resposta do exame cadavérico);
- Aumento da produtividade e da precisão dos exames, além de proporcionar melhores condições de trabalho para a equipe envolvida;
- Proporcionar uma estruturação do quadro de insumos necessários aos trabalhos finalísticos da Polícia Técnico- Científica.
- Aumento da emissão de laudos periciais, mediante análise e diminuição no tempo de entrega dos mesmos.
- Aumento da capacidade de arquivamento de vestígios biológicos relacionados aos exames de Biologia Forense e DNA de crimes de estupro, homicídio e identificação humana.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados:

Esta ação contempla todo o estado de Goiás uma vez que o Laboratório de Patologia Forense e o Laboratório de Biologia e DNA recebem materiais biológicos vindos além do complexo da Superintendência de Polícia Técnica Científica (Instituto de Criminalística e Instituto Médico Legal) de todas as Coordenações Regionais de Polícia Técnico Científica. O que se aplica aos insumos, também, tendo como prioridade a demanda de cada local.

Estratégia de Implementação:

A estratégia do reaparelhamento dos Laboratórios e a aquisição de insumos, por meio dos recursos ora pleiteados é a seguinte:

1. A GESOP - Gerência de Suporte Operacional, por meio de levantamentos técnico-operacionais, definirá:

- a) Tipo e quantidade de equipamentos e insumos a serem adquiridos, preferencialmente por meio de adesão a atas de registro de preços disponíveis. De acordo com as necessidades prioritárias apresentadas no levantamento, considerando as atas de registro de preços disponíveis à época, poderão ser adquiridos equipamentos modernos para continuidade de entrega de resultados eficientes e resolutivos no campo da perícia criminal, com o aumento da capacidade do laboratório de Patologia Forense, além da manutenção dos trabalhos finalísticos, com a aquisição de insumos;
- b) Aquisição dos insumos e dos equipamentos micrótomo rotativo motorizado para cortes de materiais, processador automático de tecido de bancada semifechado, dois microscópios trinoculares para dois observadores frente a frente e uma câmara fria para guarda e conservação dos vestígios biológicos existentes; e
- c) Após a realização das aquisições, haverá o recebimento dos bens, com o devido tombamento e distribuição de acordo com as prioridades, nos locais definidos no item anterior.

Indicadores:

- 1. Número de equipamentos disponibilizados aos laboratórios da SPTC.
- 2. Quantidade de insumos disponibilizados ao laboratório de patologia forense da SPTC.

Resultados Esperados:

1. Disponibilização dos seguintes equipamentos aos laboratórios da SPTC:

- a) 01 micrótomo rotativo motorizado para cortes de materiais;
- b) 01 processador automático de tecido de bancada semifechado;
- c) 02 microscópios trinoculares para dois observadores frente a frente;
- d) 01 câmara fria para guarda e conservação dos vestígios biológicos existentes; e

2. Disponibilização de insumos ao laboratório de patologia forense da SPTC.

Formas de mensuração:

Relatório consubstanciado dos bens adquiridos, inclusive com registro fotográfico, demonstrando o alcance dos resultados esperados nos laboratórios da SPTC.

EXTRATO DA AÇÃO 10 (SPTC)

META GERAL 4: FORTALECIMENTO DA PERÍCIA OFICIAL	
AÇÃO 10: FORTALECIMENTO OPERACIONAL POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS ESSENCIAIS PARA OS LABORATÓRIOS DA SPTC.	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE	SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA DE GOIÁS - SPTC
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	INVESTIMENTO: 288.829,66,00

	CUSTEIO: R\$ 221.970,40
	Valor total da ação: R\$ 510.799,66
METAS ESPECÍFICAS	META ESPECÍFICA 1: Adquirir 01 Micrótomo rotativo motorizado.
	META ESPECÍFICA 2: Adquirir 01 Processador automático de tecido de bancada.
	META ESPECÍFICA 3: Adquirir 02 Microscópios trinoculares para dois observadores frente a frente.
	META ESPECÍFICA 4: Adquirir 01 câmara fria para guarda e conservação dos vestígios biológicos existentes.
	META ESPECÍFICA 5: Aquisição de materiais e insumos essenciais ao funcionamento dos Laboratórios da Polícia Técnico-Científica, no período de 01 (um) ano.
RESULTADOS ESPERADOS	1. Disponibilização dos seguintes equipamentos aos laboratórios da SPTC: micrótomo rotativo motorizado para cortes de materiais, processador automático de tecido de bancada semifechado, dois microscópios trinoculares para dois observadores frente a frente e câmara fria para guarda e conservação dos vestígios biológicos existentes. 2. Disponibilização de insumos aos laboratórios da SPTC.
FORMAS DE MENSURAÇÃO	Relatório consubstanciado dos bens adquiridos, inclusive com registro fotográfico, demonstrando os resultados esperados nos laboratórios da SPTC.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Elaboração de Termo de Referência;	- Cotação de preços;	- Elaboração dos editais de licitação;	- Publicação dos editais;	- Licitação;	- Assinatura de contratos;
2º SEMESTRE DE 2023					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
-Designação da Equipe de Gestão de Contratos; -Envio do relatório de acompanhamento (MJSP);	- Ordem de serviço e início do prazo para entrega.	- Prazo para entrega;	- Prazo para entrega;	- Prazo para entrega;	- Prazo para entrega;

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2024					
1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
-Recebimento dos bens; -Patrimoniamento dos Bens; -Elaboração do relatório de gestão (MJSP);	- Liquidação das NF-e; Pagamento do fornecedor;	- Prestação de contas;	-Elaboração do relatório final de execução (Gestão);	- Envio do relatório final de execução/ges-tão (MJSP);	- Ação concluída;
2º SEMESTRE DE 2024					

JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;

ACÇÃO 11 (META SPTC): FORTALECIMENTO OPERACIONAL POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE SOFTWARE E PLATAFORMA PARA IMPLANTAÇÃO DE ENSINO À DISTÂNCIA NO ÂMBITO DA SPTC, E AQUISIÇÃO DE SOFTWARE DE TRÂNSITO. VALOR DA ACÇÃO 11: R\$118.900,00 (CUSTEIO).

Contextualização do Problema:

A Polícia Técnico-Científica é a responsável pela realização dos exames periciais e médico-legais em todo o estado de Goiás e tem como missão materializar as infrações penais com rigor técnico-científico, a fim de subsidiar a promoção da justiça em benefício da sociedade.

Há uma tendência mundial de informatização dos procedimentos e na Polícia Técnico-Científica não é diferente. A todo momento estamos buscando soluções tecnológicas que possam somar com o aprimoramento institucional. Dentre outros, atualmente existem dois aspectos que a SPTC apresenta como possibilidades de melhorias no campo da inovação e tecnologia:

1. Implementação de uma plataforma de ensino à distância para a formação e aprimoramento profissional;
2. Implementação de solução tecnológica para reconstrução de acidentes de trânsito.

Análise Diagnóstica do Problema

1. Implementação de uma plataforma de ensino à distância para a formação e aprimoramento profissional:

O trabalho desenvolvido pelos profissionais da Polícia Técnico-Científica é um trabalho que exige estudo e atualização constante, para que possa ser desenvolvido com rigor técnico e científico. Sabendo que a Polícia Técnico-Científica conta hoje com unidades em todo o Estado, possuindo 14 (quatorze) Coordenações Regionais de Polícia Técnico-Científica, 4 (quatro) Postos de Atendimento, o Instituto de Criminalística Leonardo Rodrigues e o Instituto de Medicina Legal Aristoclides Teixeira; entende-se que o ensino institucional deve ser disponibilizado a todos os servidores, do modo mais homogêneo possível, independentemente da regional em que atuem.

Para que isso seja uma realidade, é indispensável que a Coordenação de Ensino da Superintendência de Polícia Técnico-Científica conte com espaços de ensino virtuais e com plataformas de videoconferência. Além disso, a fim de contribuir com o desenvolvimento científico da instituição é necessário disponibilizar aos servidores acesso a artigos científicos.

A Coordenação de Ensino da Polícia Técnico-Científica já iniciou os trabalhos com o oferecimento de educação à distância, mas necessita de recursos para continuar a execução desse trabalho e melhorar a qualidade do ensino disponibilizado ao servidor.

Diante disso, é necessária a aquisição de espaços em nuvem para o armazenamento do conteúdo a ser compartilhado em formato de link na plataforma EaD, aquisição de plataformas de videoconferência para a realização e gravação de cursos, seminários e treinamentos de forma telepresencial e a aquisição de softwares para melhoramento dos materiais a serem produzidos.

Além disso, tendo em vista a natureza do trabalho pericial que necessita de constante atualização, bem como a necessidade de incentivar a realização de pesquisas no âmbito da Polícia Técnico-Científica, torna-se necessária a aquisição de licenças para disponibilização de artigos científicos digitais aos servidores.

2. Implementação de solução tecnológica para reconstrução de acidentes de trânsito.

É atribuição da SPTC a apuração e investigação dos crimes elencados no Código de Trânsito Brasileiro. Por meio do Departamento próprio, a SPTC é responsável pela materialização, análise e interpretação dos vestígios nas vias, nas unidades veiculares e nas vítimas (exame perinecropsóptico), e assim reconstruir a dinâmica do acidente de trânsito. O sentido de tráfego dos veículos participantes, a zona de impacto/colisão, bem como as posições de imobilização final. A análise de todas as circunstâncias e informações das ocorrências de trânsito permite estabelecer as fases de aproximação, interação e afastamento ou separação entre as unidades veiculares, e assim, definir como a colisão ocorreu, e ainda, determinar, quando possível, a causa técnica do evento em questão.

Entretanto, a discussão das causas de um acidente de tráfego requer a mais completa descrição do movimento dos veículos participantes, cujo principal elemento caracterizador é a velocidade. Por vezes a causa do sinistro fica vinculada ao excesso de velocidade. Portanto, para reconstruir todas as fases do acidente de trânsito, de modo a definir a dinâmica e a causa determinante, faz-se necessário a utilização de metodologias adequadas para cálculos de estimativa de velocidade, a utilização de tecnologias e softwares que facilitam a visualização e análise da cena do crime, através de animações em 2D e 3D, análises de vídeos e imagens, a confecção de desenhos esquemáticos em escala, bem como, plataformas para cálculos de velocidades com análises estatísticas, possibilitando a confiabilidade dos resultados.

Existe a real necessidade de aprimorar e aperfeiçoar os conhecimentos e metodologias científicas no tocante ao trabalho dos peritos criminais nos locais de acidente de trânsito. Isso pode ser feito através de tecnologias e técnicas difundidas nacionalmente e internacionalmente para a análise de crimes de acidentes de trânsito, que são os softwares para cálculos de estimativas de velocidade e reconstrução de acidentes de trânsito.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual, ao Plano Plurianual vigente e à Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social.

O Plano Estratégico da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás traz como valores o profissionalismo (excelência na execução das atividades) e a responsabilidade social, com gestão participativa e constante busca de processos educativos, tornando a instituição parceira da sociedade organizada. Tal plano estratégico, traz, ainda, que um dos fatores críticos para o sucesso é a capacitação de pessoal, que deve ser contínua, padronizada, efetiva e adequada para os servidores de acordo com suas respectivas atribuições.

A caracterização dos interesses recíprocos entre o proponente e a União versa sobre o fortalecimento das instituições de segurança pública, mais precisamente do quadro de servidores da Polícia Técnico-Científica, ação que está prevista na Lei nº 13.675/2018, que cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNPSPDS), que traz em seu Art. 6º, inciso XI, o objetivo de “estimular a padronização da formação, da capacitação e da qualificação dos profissionais de segurança pública, respeitadas as especificidades e as diversidades regionais, em consonância com esta Política, nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal” e, ainda, tem como um de seus princípios (descrito no seu art. 4, inciso IV) a “promoção da produção de conhecimento sobre segurança pública”.

O presente projeto está alinhado com o planejamento de segurança pública nos Processos Internos do Mapa Estratégico: “Alcançar excelência na materialização de provas periciais criminais e na identificação civil e criminal”.

Este projeto apresenta correlação com o Plano Plurianual no Eixo Goiás da Paz, de acordo com os seguintes compromissos: “*Modernização dos mecanismos institucionais e operacionais*”.

Razões para que o problema seja alvo de intervenção

Atualmente a Coordenação de Ensino já faz uso de algumas ferramentas de educação à distância e tem visto a necessidade de aquisição de plataformas e softwares que vão possibilitar o melhoramento e a continuidade dos trabalhos. A não aquisição do serviço de armazenamento em nuvem, por exemplo, levará à perda de diversos arquivos do Ensino, que já se encontram em um espaço pago do Google Drive. Vale salientar que tais arquivos ficam na nuvem do Google devido ao fato de várias ferramentas do Google serem utilizadas, como o Classroom para disponibilização de arquivos/documentos e o Google Forms, onde as inscrições para os cursos são disponibilizadas.

Além disso, é imperativo que em uma instituição técnico-científica os servidores tenham acesso não só a educação continuada de maneira homogênea e integrada, para desenvolverem um trabalho uniforme e de alta qualificação técnica à sociedade, mas também tenha acesso a artigos científicos, pois esse seria o recurso mínimo para fomentar o desenvolvimento de pesquisas na Polícia Técnico-Científica.

Em que pese as considerações, a razão para aquisição de licença e Software virtual para reconstrução de acidente de trânsito, é o aumento da produtividade e a facilitação dos trabalhos desenvolvidos pelos peritos criminais de toda polícia científica, os quais atendem constantemente locais de acidentes de trânsito com vítimas fatais e vítimas de lesões, no que tange a redação do laudo pericial. De modo, a representar com excelência as cenas dos crimes de trânsito, facilitar o entendimento das vítimas e da sociedade, em geral; além de embasar cálculos confiáveis de estimativa de velocidade, responder com celeridade e efetividade a justiça.

Além disso, são esperados como resultados o aperfeiçoamento e melhoria contínua dos laudos periciais de exames periciais de ocorrência de trânsito, de modo a representar com excelência as cenas dos crimes de trânsito, através de animações em 2D, 3D facilitar o entendimento dos nossos clientes, embasar cálculos confiáveis de estimativa de velocidade, responder com celeridade e efetividade a justiça.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados

Serão contempladas, com a execução do projeto, todas as unidades da Polícia Técnico-Científica do Estado de Goiás, bem como a Seção de Perícia de Trânsito da Divisão de Perícias Externas, Instituto de Criminalística Leonardo Rodrigues e Coordenação de Ensino da Superintendência de Polícia Técnico-Científica.

Estratégia de Implementação:

A estratégia para aquisições de plataformas e softwares de ensino e das licenças anuais de softwares para Cálculos Estatísticos de Velocidades e de softwares de animações 2D e 3D, por meio dos recursos ora pleiteados é a seguinte:

1. A GESOP - Gerência de Suporte Operacional, em conjunto com a Coordenação de Ensino da Polícia Técnico-Científica e com a Seção de Perícia de Trânsito da Divisão de Perícias Externas, por meio de levantamentos técnico-operacionais, definirão:

a) Tipo e quantidade de plataformas e softwares de ensino e licenças anuais de softwares para Cálculos Estatísticos de Velocidades e de softwares de animações 2D e 3D, a serem adquiridos, preferencialmente por meio de adesão a atas de registro de preços disponíveis. De acordo com as necessidades prioritárias apresentadas no levantamento, considerando as atas de registro de preços disponíveis à época, poderão ser adquiridos plataformas e softwares modernos para continuidade dos resultados esperados ;e

b) Após a realização das aquisições, haverá o recebimento dos bens, com o devido tombamento e distribuição de acordo com as prioridades, nos locais definidos no item anterior. Dessa forma, estima-se um prazo de 12 (doze) meses para a completa execução do ajuste.

Indicadores:

1. Número de plataformas e softwares de ensino à distância disponibilizados à SPTC;
2. Número de licenças anuais de softwares para Cálculos Estatísticos de Velocidades e de softwares de animações 2D e 3D disponibilizados à SPTC.

Resultados Esperados:

1. Disponibilização de plataforma e softwares de ensino à distância à Coordenação de Ensino da SPTC;
2. Disponibilização à SPTC de licenças anuais de softwares para Cálculos Estatísticos de Velocidades e de softwares de animações 2D e 3D.

Formas de Mensuração

1. Relatório detalhado informando sobre a disponibilização de plataforma e softwares de ensino à distância à Coordenação de Ensino da SPTC, demonstrando o alcance do resultado esperado;
2. Relatório detalhado informando sobre a disponibilização à SPTC de licenças anuais de softwares para Cálculos Estatísticos de Velocidades e de softwares de animações 2D e 3D, demonstrando o alcance do resultado esperado.

EXTRATO DA AÇÃO 11 (SPTC)

META GERAL 4: FORTALECIMENTO DA PERÍCIA OFICIAL

AÇÃO 11: FORTALECIMENTO OPERACIONAL POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE SOFTWARE E PLATAFORMA PARA IMPLANTAÇÃO DE ENSINO À DISTÂNCIA NO ÂMBITO DA SPTC, E AQUISIÇÃO DE SOFTWARE DE TRÂNSITO.

INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE	Superintendência de Polícia Técnico-Científica.
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	<i>INVESTIMENTO: R\$ 0,00</i>
	CUSTEIO: R\$ 68.900,00 (ENSINO À DISTÂNCIA)
	CUSTEIO: R\$ 50.000,00 (SOFTWARE DE TRÂNSITO)
	TOTAL CUSTEIO : R\$ 118.900,00
METAS ESPECÍFICAS	<p>META ESPECÍFICA 1: Contratação de plataforma de ensino à distância para aprimorar a capacitação do servidor, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Espaços em nuvem para o armazenamento do conteúdo a ser compartilhado em formato de link na plataforma EaD; - Plataformas de videoconferência para a realização e gravação de cursos, seminários e treinamentos de forma telepresencial; - Softwares para melhoramento dos materiais a serem produzidos; e - Demais licenças necessárias à implementação do sistema. <p>META ESPECÍFICA 2: Adquirir licenças anuais para a plataforma de cálculos estatísticos para acidentes de trânsito – ECRASH.</p>
INDICADORES	1. Número de plataformas e softwares de ensino à distância disponibilizados à SPTC;
	2. Número de licenças anuais de softwares para Cálculos Estatísticos de Velocidades e de softwares de animações 2D e 3D disponibilizados à SPTC.
RESULTADOS ESPERADOS	1. Disponibilização de plataforma e softwares de ensino à distância à Coordenação de Ensino da SPTC.
	2. Disponibilização à SPTC de licenças anuais de softwares para Cálculos Estatísticos de Velocidades e de softwares de animações 2D e 3D.
FORMAS DE MENSURAÇÃO	1. Relatório detalhado informando sobre a disponibilização de plataforma e softwares de ensino à distância à Coordenação de Ensino da SPTC, demonstrando o alcance do resultado esperado;
	2. Relatório detalhado informando sobre a disponibilização à SPTC de licenças anuais de softwares para Cálculos Estatísticos de Velocidades e de softwares de animações 2D e 3D, demonstrando o alcance do resultado esperado.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Elaboração de Termo de Referência;	- Cotação de preços;	- Elaboração dos editais de licitação;	- Publicação dos editais;	- Licitação;	- Assinatura de contratos;
2º SEMESTRE DE 2023					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
-Designação da Equipe de Gestão de Contratos; -Envio do relatório de acompanhamento (MJSP);	- Ordem de serviço e início do prazo para entrega.	- Prazo para entrega;	- Prazo para entrega;	- Prazo para entrega;	- Prazo para entrega;

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2024
1º SEMESTRE DE 2024

JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
-Recebimento dos bens; -Patrimoniamento dos Bens; -Elaboração do relatório de gestão (MJSP);	- Liquidação das NF-e; Pagamento do fornecedor;	- Prestação de contas;	-Elaboração do relatório final de execução (Gestão);	- Envio do relatório final de execução/ges-tão (MJSP);	- Ação concluída;
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;

ACÇÃO 12 (META SPTC): FORTALECIMENTO OPERACIONAL POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE FECHADURAS ELETRÔNICAS PARA O INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA LEONARDO RODRIGUES E INSTITUTO MÉDICO LEGAL ARISTOCLIDES TEIXEIRA. VALOR DA ACÇÃO 12: R\$60.000,00 (INVESTIMENTO).

Contextualização do Problema:

O Instituto Médico Legal Aristoclides Teixeira (IMLAT) e o Instituto de Criminalística Leonardo rodrigues (ICLR) concentram as competências de exames médico legais da Superintendência de Polícia Técnico Científica de Goiânia, e ainda dos Municípios e localidades de Brazabrantes, Caturai, Goianira, Inhumas (Barata, Margoso, Pedrinhas, Santa Amália, Serra Abaixo, Vila Quilombo), Nerópolis, Nova Veneza, Santa Bárbara de Goiás, Santo Antônio de Goiás, Trindade, Anicuns (Boa Vista, Capelinha, Choupana), Araçu, Avelinópolis (Allan Kardec), Campestre de Goiás, Itauçu (Povoado de Roselândia), Nazário (Claudinópolis), Palmeiras de Goiás, Palminópolis e Turvânia.

São realizados no IMLAT exames necroscópicos, necropapiloscópicos, de lesão corporal, prática sexual delituosa, para DPVAT, psiquiátricos, psicológicos, odontológicos, de identificação antropológica, patológicos, bem como são coletados materiais para exames complementares realizados pelo Instituto de Criminalística.

São realizados no ICLR exames de perícias externas, relacionadas a crimes de trânsito, homicídios, furtos e roubos, etc. Exames internos tais como: documentoscópicos, DNA, Toxicológicos, papiloscópicos e outros.

O produto do trabalho do IMLAT e do ICLR são laudos que instruirão investigações criminais, juntando elementos informativos que servirão de provas para imputação de responsabilidade ou de inocência dos envolvidos.

O controle de acesso cria condições de integridade da cadeia de custódia dos materiais recolhidos, de cenas de crime, como também nos corpos durante as necropsias. Além dos vestígios enviados pelas delegacias para serem periciados. Além de controlar o acesso, oferecem segurança jurídica aos servidores, isentando os profissionais de qualquer pressão de terceiros.

Tendo em vista que atualmente existe pontos "sensíveis" à segurança da cadeia de custódia, a SPTC apresenta uma proposta de solução para esse problema, que seria a instalação de um sistema de segurança por meio de fechaduras eletrônicas.

Análise Diagnóstica do Problema

No ano de 2021, o IMLAT registrou o atendimento de 2223 mortes, dentre os tipos: acidental (1200 mortes), por homicídio (489 mortes), por suicídio (163 mortes), natural (268mortes) e suspeita (129 mortes).

Além de perícia de exames cadavéricos, servidores do IMLAT também realizam atendimentos em pessoas vivas para exame de lesão corporal, prática sexual delituosa, para DPVAT, psiquiátricos, psicológicos, odontológicos, além de realizarem coleta de materiais para exames complementares que são feitos pelo Instituto de Criminalística.

Ademais, as vítimas e familiares delas, o IMLAT recebe funcionário de funerárias, apresentando um elevado fluxo de pessoas.

Outrossim, foram mais de 40.792 ocorrências recebidas pelo ICLR que resultaram 36.549 laudos prontos.

Atualmente, a segurança do Instituto Médico Legal de Goiânia, assim como do Instituto de Criminalística Leonardo Rodrigues (ICLR), é realizada por meio de contrato com a empresa Real Confiança, que disponibiliza funcionários na guarita do estacionamento do complexo SPTC (ICLR e IMLAT), e na recepção de cada um dos prédios do complexo. Entretanto, o IMLAT possui dois acessos internos que não apresentam controle de acesso de pessoas, incluindo servidores da SPTC e funcionários de funerárias responsáveis pela retirada de cadáveres.

Diante do elevado fluxo de pessoas que adentram ao prédio do IMLAT e da ausência de controle de acesso em alguns locais, faz-se necessário o controle de acesso às salas e regiões essenciais a fim de garantir a integridade da cadeia de custódia dos materiais colhidos, dos corpos a serem examinados e a própria integridade física dos servidores e vítimas (como no caso da Sala Lilás, atendimento especializado de mulheres vítimas de violência doméstica).

No ICLR a segurança é realizada pelos próprios servidores plantonistas. Entretanto, não podem garantir a segurança predial e o controle de acesso, visto que quando do atendimento de ocorrências externas ausentam-se do prédio.

Atualmente, as fechaduras são as convencionais, ou seja, de uso manual, e na sua grande maioria não detêm as chaves para trancamento, sendo notório a necessidade de segurança e salvaguarda de informações sensíveis da instituição.

Diante do exposto, conclui-se que a instalação de fechaduras eletrônicas visando melhorar a segurança da cadeia de custódia é uma solução se apresenta viável.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual, ao Plano Plurianual vigente e à Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social.

O presente projeto está alinhado com o planejamento de segurança pública nos Processos Internos do Mapa Estratégico: “Alcançar excelência na materialização de provas periciais criminais e na identificação civil e criminal”.

Este projeto apresenta correlação com o Plano Plurianual no Eixo Goiás da Paz, de acordo com os seguintes compromissos: “Modernização dos mecanismos institucionais e operacionais”.

Quanto à Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), prevista na Lei nº 13.675/2018, este projeto apresenta relação com o fortalecimento das instituições de segurança pública. Em seu art. 4º, inciso V, a Lei nº 13.675/2018 traz como princípio: “eficiência na repressão e na apuração das infrações penais;” que também está alinhada com a diretriz contida no art. 5º, inciso VII: “fortalecimento das instituições de segurança pública por meio de investimentos e do desenvolvimento de projetos estruturantes e de inovação tecnológica”; e com o objetivo contido no art. 6º, inciso III “incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de segurança pública;”.

Desta forma, o projeto em questão atende tanto aos interesses da Polícia Técnico-Científica do Estado de Goiás, quanto aos do Estado e da União, pois visa à aquisição de equipamentos de segurança tecnológicas que irão fortalecer o IMLAT e o ICLR.

Razões para que o problema seja alvo de intervenção:

Principais ganhos que a ação proposta poderá proporcionar:

- Segurança reforçada dos prédios do IMLAT e do ICLR;
- Melhoria nas condições de trabalho para realização das perícias de exames cadavéricos e outros exames; e
- Controle de acesso a áreas restritas e sigilosas.

Além dos ganhos mencionados acima, com a implementação da presente ação, serão beneficiados todos que dependem diretamente e indiretamente de uma cadeia de custódia bem segura, como por exemplo, a Polícia Civil do Estado de Goiás, o Ministério Público e o Poder Judiciário, além da própria população assistida.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados:

Serão contempladas, com a realização do projeto, as estruturas do complexo da SPTC, composta pelo ICLR e IMLAT em Goiânia/GO.

Estratégia de Implementação:

A estratégia para aquisição de fechaduras eletrônicas, por meio dos recursos ora pleiteados é a seguinte:

1. A GESOP - Gerência de Suporte Operacional, por meio de levantamentos técnico-operacionais, definirá:

- a) Tipo e quantidade de fechaduras a serem adquiridas, preferencialmente por meio de adesão a atas de registro de preços disponíveis. De acordo com as necessidades prioritárias apresentadas no levantamento, considerando as atas de registro de preços disponíveis à época, poderão ser adquiridas fechaduras modernas, com acesso por leitor biométrico e cartão, com o aumento na segurança do IMLAT e ICLR, para a integridade dos trabalhos finalísticos;
- b) Após a realização das aquisições, haverá o recebimento dos bens, com o devido tombamento e distribuição de acordo com as prioridades levantadas pelo Serviço de Inteligência da Instituição, nas duas localizações citadas. Assim como, será implantado um relatório com controle de entrada, com no mínimo de 250 perfis cadastrados. Dessa forma, estima-se um prazo de 12 (doze) meses para a completa execução do ajuste.

Indicadores:

Número de fechaduras eletrônicas adquiridas e instaladas no IMLAT e ICLR.

Resultados Esperados:

Aquisição e instalação de fechaduras eletrônicas no IMLAT e ICLR.

Formas de mensuração:

Relatório consubstanciado demonstrando que as fechaduras foram adquiridas e instaladas, comprovando o alcance dos resultados esperados.

EXTRATO DA AÇÃO 12 (SPTC)

META GERAL 4: FORTALECIMENTO DA PERÍCIA OFICIAL	
AÇÃO 12: FORTALECIMENTO OPERACIONAL POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE FECHADURAS ELETRÔNICAS PARA O INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA LEONARDO RODRIGUES E INSTITUTO MÉDICO LEGAL ARISTOCLIDES TEIXEIRA.	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE	Superintendência de Polícia Técnico-Científica (SPTC)
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	INVESTIMENTO: R\$ 60.000,00
	CUSTEIO: R\$ 0,00

	TOTAL: R\$ 60.000,00
METAS ESPECÍFICAS	META ESPECÍFICA 1: Adquirir fechaduras eletrônicas para a IMLAT e ICLR.
INDICADORES	Número de fechaduras eletrônicas adquiridas e instaladas no IMLAT e ICLR.
RESULTADOS ESPERADOS	Aquisição e instalação de fechaduras eletrônicas no IMLAT e ICLR.
FORMAS DE MENSURAÇÃO	Relatório consubstanciado demonstrando que as fechaduras foram adquiridas e instaladas, comprovando o alcance dos resultados esperados.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Elaboração de Termo de Referência;	- Cotação de preços;	- Elaboração dos editais de licitação;	- Publicação dos editais;	- Licitação;	- Assinatura de contratos;
2º SEMESTRE DE 2023					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
-Designação da Equipe de Gestão de Contratos; -Envio do relatório de acompanhamento (MJSP);	- Ordem de serviço e início do prazo para entrega.	- Prazo para entrega;	- Prazo para entrega;	- Prazo para entrega;	- Prazo para entrega;

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2024					
1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
-Recebimento dos bens; -Patrimoniamento dos Bens; -Elaboração do relatório de gestão (MJSP);	- Liquidação das NF-e; Pagamento do fornecedor;	- Prestação de contas;	-Elaboração do relatório final de execução (Gestão);	- Envio do relatório final de execução/ges-tão (MJSP);	- Ação concluída;
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;

AÇÃO 13 (META SPTC): FORTALECIMENTO OPERACIONAL POR MEIO MANUTENÇÃO PREDIAL DA SPTC. VALOR DA AÇÃO 13: R\$ 554.008,00 (CUSTEIO).

Contextualização do Problema

O complexo da SPTC enquadra em suas instalações toda a estrutura do Instituto de Medicina Legal Aristóteles Lima e o Instituto de Criminalística Leonardo Rodrigues, Arquivo e Central de Evidências. Perante esse projeto apresentado para manutenção predial, temos como finalidade realizar manutenções preventivas e corretivas com o intuito de manter a conservação no imóvel e proporcionar um ambiente de trabalho salubre para seus colaboradores e garantir a continuidade dos serviços.

O imóvel em questão é uma obra que foi consolidada aos meados dos anos 1990 e possui aproximadamente de 8.600 m² de área construída. É a única sede da SPTC pertencente à capital do estado de Goiás, Goiânia.

Atualmente apresenta diversas patologias nas instalações, o que se torna um transtorno às execuções das atividades.

Análise Diagnóstica do Problema:

É sabido que os fatores físicos da unidade, tais como: iluminação, ventilação, espaço, climatização são fundamentais para que se adquira uma melhor performance na entrega de resultados, tanto a nível pessoal quanto a nível institucional.

Com isso, a SPTC procura através de planejamento sistemático e captação de recursos manter boas condições a estrutura física do complexo, angariando condições favoráveis e imprescindíveis para um melhor atendimento ao público e melhor desempenho e produtividade dos seus servidores, com o fito de realizar e entregar resultados satisfatórios a população.

O projeto foi elaborado com o intuito de realizar manutenções básicas no complexo da SPTC, visando assegurar o bom funcionamento das atividades. As principais patologias estão relacionadas com: pintura, telhado, gesso, parte elétrica, hidráulica, impermeabilização de ambientes etc.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual, ao Plano Plurianual vigente e à Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social.

O presente projeto está alinhado com o planejamento de segurança pública nos Processos Internos do Mapa Estratégico: “Alcançar excelência na materialização de provas periciais criminais e na identificação civil e criminal”.

Este projeto apresenta correlação com o Plano Plurianual no Eixo Goiás da Paz, de acordo com os seguintes compromissos: “*Aliar-se à tecnologia para alcançar eficácia e efetividade na resolução de crimes; Modernização dos mecanismos institucionais e operacionais*”.

Quanto à Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), prevista na Lei nº 13.675/2018, este projeto apresenta relação com o fortalecimento das instituições de segurança pública. Em seu art. 4º, inciso V, a Lei nº 13.675/2018 traz como princípio: “*eficiência na repressão e na apuração das infrações penais;*” que também está alinhada com a diretriz contida no art. 5º, inciso VII: “*fortalecimento das instituições de segurança pública por meio de investimentos e do desenvolvimento de projetos estruturantes e de inovação tecnológica*”;

Desta forma, o projeto em questão atende tanto aos interesses da Polícia Técnico-Científica do Estado de Goiás, quanto aos do Estado e da União, pois visa “Alcançar excelência na materialização de provas periciais criminais e na identificação civil e criminal”.

Razões para que o problema seja alvo de intervenção:

A proposta de preservação da parte física da SPTC, por meio da manutenção predial do complexo SPTC, faz-se necessária para que haja melhores condições da estrutura física, a fim de assegurar condições mínimas de trabalho para os servidores da PTC, aumentar a vida útil de equipamentos, além do mais garantirá continuidade, a eficiência e eficácia dos serviços prestados à população

Manter a estrutura física do complexo da SPTC, além de assegurar a continuidade dos atendimentos e serviços prestados à população, reduz custos com manutenção corretiva e melhora a produtividade administrativa e operacional.

Ainda referente aos benefícios que serão alcançados contemplamos o aumento da vida útil dos equipamentos eletrônicos, de sorte que com a manutenção predial reduzirá os riscos de alagamentos pluviométricos, riscos de choque, descargas elétricas e queima dos componentes eletrônicos.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados:

A ação contemplará a sede da SPTC na Capital, promovendo melhorias indiretamente em todo o Estado, haja vista que o prédio presta atendimentos periciais a todo território estadual.

Estratégia de Implementação:

Inicialmente serão feitos os levantamentos atualizados para atualização das patologias existentes na época, de forma a definir o que será priorizado, de acordo com os pareceres do setor de obras e engenharia da SPTC.

Como rol exemplificativo, visando deixar claro o caráter de manutenção (custeio), apresentamos as principais patologias que poderão ser priorizadas como objeto de reparos, devendo se ajustar aos valores previamente autorizados no presente plano:

- Pintura da edificação;
- Reparos em telhados e em forros de gesso;
- Reparos na parte elétrica;
- Reparos na parte hidráulica;
- Reparos em alvenarias (rebocos e impermeabilizações); etc.

Uma vez definidos os serviços a serem priorizados, a manutenção predial do complexo da SPTC se dará por meio da contratação de empresa por meio de processo licitatório, em que a contratada será responsável pela execução dos serviços necessários, sob fiscalização dos serviços pela contratante.

Indicadores:

Quantidade e tipo de manutenção predial realizada.

Resultados Esperados:

Prédio mantido, em condições de funcionamento.

Formas de mensuração:

Relatório textual e fotográfico com o antes e o depois da intervenção pretendida, demonstrando se os resultados foram atingidos.

EXTRATO DA AÇÃO 13 (SPTC)

META GERAL 4: FORTALECIMENTO DA PERÍCIA OFICIAL	
AÇÃO 13: FORTALECIMENTO OPERACIONAL POR MEIO MANUTENÇÃO PREDIAL DA SPTC.	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE	Superintendência de Polícia Técnico-Científica (SPTC)
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	INVESTIMENTO: 0,00
	CUSTEIO: R\$ 554.008,00
	TOTAL: R\$ 554.008,00
METAS ESPECÍFICAS	META ESPECÍFICA 1: Contratação de empresa especializada para realizar manutenção predial no Complexo da SPTC sediado em Goiânia, tendo como itens a serem reparados os mais prioritários dentro de uma lista exemplificativa: - Pintura da edificação; - Reparos em telhados e em forros de gesso; - Reparos na parte elétrica; - Reparos na parte hidráulica; - Reparos em alvenarias (rebocos e impermeabilizações); etc.
INDICADORES	Quantidade e tipo de manutenção predial realizada.
RESULTADOS ESPERADOS	Prédio mantido, em condições de funcionamento.
FORMAS DE MENSURAÇÃO	Relatório textual e fotográfico com o antes e o depois da intervenção pretendida, demonstrando se os resultados foram atingidos.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Elaboração de Termo de Referência;	- Cotação de preços;	- Elaboração dos editais de licitação;	- Publicação dos editais;	- Licitação;	- Assinatura de contratos;
2º SEMESTRE DE 2023					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
-Designação da Equipe de Gestão de Contratos; -Envio do relatório de acompanhamento (MJSP);	- Ordem de serviço e início do prazo para execução.	- Execução;	- Execução;	- Execução;	- Execução;

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2024					
1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
-Recebimento dos serviços; -Elaboração do relatório de gestão (MJSP);	- Liquidação das NF-e; Pagamento do fornecedor;	- Prestação de contas;	-Elaboração do relatório final de execução (Gestão);	- Envio do relatório final de execução/ges-tão (MJSP);	- Ação concluída;
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;

AÇÃO 14 (META SPTC): FORTALECIMENTO OPERACIONAL POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE FARDAMENTOS, EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS OPERACIONAIS.

VALOR TOTAL DA AÇÃO 14: R\$ 1.751.828,00 (INVESTIMENTO: R\$ 1.305.138,00; CUSTEIO: R\$ 446.690,00).

Contextualização do Problema:

O Estado possui mais de seis milhões de habitantes que necessitam eventualmente dos serviços prestados pela Polícia Técnico Científica (SPTC). No quadro de uma sociedade tão dinâmica e eclética, a PTC lida com ocorrências, de ordem pericial, de várias naturezas e para cada uma se faz necessário equipamentos, treinamento e ações adequadamente diferenciadas, possibilitando a qualidade no atendimento, diminuindo os riscos inerentes ao exercício da atividade policial.

Percebe-se, aqui, a imperiosa necessidade de aquisição de fardamentos, que identifiquem os policiais e acessórios operacionais que respondam à altura das demandas Institucionais, consequentemente, da sociedade goiana, vindo ao encontro da EC nº 19/98, que acrescentou o princípio da eficiência na Carta Magna, obrigando a Administração Pública a aperfeiçoar os serviços e os resultados, visando o interesse público. Destarte, exige-se que a atividade seja exercida com presteza e rendimento funcional, permitindo a otimização dos serviços e paradoxalmente baratear seus custos.

A aquisição de coletes táticos, coldres, cintos, coletes balísticos e fardamentos se justificam pela necessidade de prover a Polícia Técnico Científica do Estado de Goiás com os equipamentos adequados para cumprir as atividades inerentes à segurança pública, em razão da natureza do trabalho desenvolvido pelos policiais, de forma que os servidores possam desempenhar suas atribuições com segurança e a contento, sendo fator preponderante para a motivação do efetivo no exercício das suas atividades diárias. A aquisição dos coletes táticos e balísticos possibilitará uma redução nos índices de acidentes com feridos e mortos em combate, permitindo ao policial uma atuação mais segura em situações de alto risco, preservando sua integridade física no desempenho de suas funções.

Análise Diagnóstica do Problema

Aquisições dos itens descritos nesse projeto busca o fortalecimento institucional através da padronização, modernização e aperfeiçoamento dos meios disponíveis para melhor atuação dos operadores de segurança pública. Cabe destacar a importância da padronização do fardamento, visto que a portaria 056/2020, institui a identidade visual da PTC, considerando necessária de padronização da Identidade visual da Polícia Científica em âmbito nacional, conforme a resolução CONDPC Nº 001, DE 08 DE JULHO DE 2020. Cabe destacar os seguintes aspectos, sobre instrumentos de trabalho importantes para a Polícia Científica no combate ao crime, a saber:

1. Necessidade de reposição contínua de acessórios operacionais:

Com o objetivo de prover a Polícia Científica do Estado de Goiás, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Segurança Pública, em quantidade e qualidade suficientes, são necessárias regulares aquisições, isso porque é considerado a durabilidade dos acessórios usados pelos Servidores da Instituição, assim como os materiais a serem adquiridos são imprescindíveis e necessários para que se possa equipar e suprir as necessidades da Instituição aumentando a sua capacidade de resposta, como por exemplo:

- Fardamento: O uniforme distribuído ao Servidor deve ser renovado, anualmente;
- Cinto Tático: O cinto de guarnição ideal é o completo, pois oferece a garantia de um bom desempenho, assim como segurança ao servidor;
- Colete Tático: O colete tático possui um tempo de vida útil médio de dois anos;
- Coldre: Utilizado de suporte para carregar armas de fogo curtas, como pistolas e revólveres, para maior segurança, deve ser confeccionado em peça única de polímero de alta resistência;
- Colete balístico: é um Equipamento de Proteção Individual (EPI), previsto na NR nº 6 (NR-6), e que os atuais coletes balísticos a disposição da SPTC encontram-se com o prazo de validade expirado.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual, ao Plano Plurianual vigente e à Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social.

O presente projeto encontra-se alinhado aos objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás(2022-2031), visto que busca alcançar o Objetivos Estratégicos- 2.2.1.2 Fortalecer os mecanismos de proteção dos servidores, como medida de enfrentamento ao crime, 2.3.3.4 Aperfeiçoar os processos de aquisição, controle e desfazimento de produtos e materiais de segurança pública.

Além disso, a caracterização dos interesses recíprocos entre o proponente e a União versa sobre o fortalecimento das instituições de segurança pública, mais precisamente do quadro de servidores da Polícia Técnico-Científica, ação que está prevista na Lei nº 13.675/2018, que cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), que traz em seu Art. 6º, inciso XI, o objetivo de “estimular a padronização da formação, da capacitação e da qualificação dos profissionais de segurança pública, respeitadas as especificidades e as diversidades regionais, em consonância com esta Política, nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal” e, ainda, tem como um de seus princípios (descrito no seu art. 4, inciso IV) a “promoção da produção de conhecimento sobre segurança pública”.

Razões para que o problema seja alvo de intervenção:

A principal razão para intervenção é o enfrentamento de problemas relativos à saúde e segurança do trabalho, isso porque o policial técnico-científico no cumprimento de sua missão constitucional, é submetido a inúmeros riscos, dentre eles ser alvejado por disparo de arma de fogo durante as atividades laborais em locais de crimes e ou em operações conjuntas com a Polícia Militar. É nesse ínterim que se faz importante a utilização do equipamento de proteção individual, colete tático, que esteja em condições de minimizar os efeitos desse evento sobre o corpo do policial.

Locais que serão contemplados:

A ação contemplará todo efetivo da SPTCGO no Estado de Goiás, distribuídos pelos 246 municípios goianos. Portanto, a aquisição atenderá as demandas da capital e demais municípios conforme as solicitações apresentadas.

Estratégia de Implementação:

A estratégia para aquisição de fardamentos e acessórios operacionais, por meio dos recursos ora pleiteados será a seguinte:

1. A GESOP - Gerência de Suporte Operacional, em conjunto com demais departamentos, por meio de levantamentos técnico-operacionais, definirão:

a) Tipo e quantidade de fardamentos e acessórios operacionais a serem adquiridos, preferencialmente por meio de adesão a atas de registro de preços disponíveis. De acordo com as necessidades prioritárias apresentadas no levantamento, considerando as atas de registro de preços disponíveis à época, poderão ser adquiridos fardamentos e acessórios conforme a seguinte lista exemplificativa:

- Camisetas táticas;
- Cintos táticos;
- Coldres;
- Coletes táticos;
- Coletes balísticos.

b) Após a realização das aquisições, haverá a indicação de servidor para verificação da conformidade do recebido com o contratado. Após o recebimento dos bens, será feito o devido tombamento e distribuição de forma estratégica, conforme prioridades levantada.

Indicadores:

Quantidade de fardamentos, equipamentos e acessórios operacionais adquiridos e disponibilizados à SPTC.

Resultados Esperados:

Disponibilização de fardamentos, equipamentos e acessórios operacionais à SPTC.

Formas de mensuração:

Relatório circunstanciado de cumprimento do objeto, a ser apresentado quando da prestação de contas final, contendo comparativo da realidade antes e depois do projeto, considerando a quantidade de coletes táticos, cintos coldres, coletes balísticos e fardamento disponibilizados para a Polícia Técnico - científica.

EXTRATO DA AÇÃO 14 (SPTC)

META GERAL 4: FORTALECIMENTO DA SPTC	
AÇÃO 14 (META SPTC): FORTALECIMENTO OPERACIONAL POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE FARDAMENTOS, EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS OPERACIONAIS.	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE	Superintendência de Polícia Técnico-Científica (SPTC)
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	INVESTIMENTO: R\$ 1.305.138,00
	CUSTEIO: R\$ 446.690,00

	TOTAL: R\$ 1.751.828,00
METAS ESPECÍFICAS	META ESPECÍFICA 1: Adquirir fardamentos, equipamentos e acessórios operacionais para os servidores da SPTC (Camisetas táticas, Cintos táticos, Coldres, Coletes táticos e Coletes balísticos).
INDICADORES	Quantidade de fardamentos, equipamentos e acessórios operacionais adquiridos e disponibilizados à SPTC.
RESULTADOS ESPERADOS	Disponibilização de fardamentos, equipamentos e acessórios operacionais à SPTC.
FORMAS DE MENSURAÇÃO	Relatório circunstanciado de cumprimento do objeto, a ser apresentado quando da prestação de contas final, contendo comparativo da realidade antes e depois do projeto, considerando a quantidade de coletes táticos, coletes balísticos, cintos, coldres e fardamento disponibilizados para a Polícia Técnico - científica.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Elaboração de Termo de Referência;	- Cotação de preços;	- Elaboração dos editais de licitação;	- Publicação dos editais;	- Licitação;	- Assinatura de contratos;
2º SEMESTRE DE 2023					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
-Designação da Equipe de Gestão de Contratos; -Envio do relatório de acompanhamento (MJSP);	- Ordem de serviço e início do prazo para entrega.	- Prazo para entrega;	- Prazo para entrega;	- Prazo para entrega;	- Prazo para entrega;

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2024					
1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
-Recebimento dos bens; -Patrimoniamento dos Bens; -Elaboração do relatório de gestão (MJSP);	- Liquidação das NF-e; Pagamento do fornecedor;	- Prestação de contas;	-Elaboração do relatório final de execução (Gestão);	- Envio do relatório final de execução/gestão (MJSP);	- Ação concluída;
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;

5.5 META GERAL 5: FORTALECIMENTO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

AÇÃO 15 (META SSPGO): FORTALECIMENTO DA INTELIGÊNCIA POLICIAL DA SSPGO POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, SOFTWARES, HARDWARES, DRONES E TREINAMENTOS. VALOR DA AÇÃO 15: R\$ 3.649.145,11. (INVESTIMENTO- R\$ 3.291.401 E CUSTEIO-R\$ 357.743,53).

Contextualização do problema

As ações ora apresentadas buscam o fortalecimento da inteligência policial no âmbito da SSPGO, por meio de capacitação, aparelhamento e atualização das soluções tecnológicas disponíveis para os profissionais que laboram nessa atividade.

A modernização contemplará a Agência Central de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública, aumentando a competência operacional e dotando o Estado de equipamento de inteligência com intuito em combater as organizações criminosas que atuam no Estado de Goiás.

Os pontos principais a serem fortalecidos são os seguintes:

1. Aparelhos para escutas ambientais para elucidação de crimes;
2. Aparelhos de scanner de objetos para auxiliar na descoberta de contrabandos e tráfico de drogas;
3. Rastreadores de pessoas e objetos alvos de investigação;
4. Aquisição de softwares, hardware e equipamentos de operações de inteligência e contrainteligência na captação de vídeo e e imagens;

Análise diagnóstica do problema

A atividade de inteligência atua incansavelmente no combate ao crime organizado e aos crimes de corrupção, tendo este trabalho sido demonstrado pelos números apresentados pela Secretaria de Segurança Pública.

Por meio do decreto nº 8.869, de 12 de janeiro de 2017, foi instituído o Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Estado de Goiás – SISP/GO, cuja responsabilidade é coordenar e integrar as atividades de inteligência de segurança pública no âmbito do Estado. (Art. 1º, §2º, da Lei n. 8.869, de 12 de janeiro de 2017). O SISP/GO integra o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública –SISP-, instituído pelo Decreto federal nº 3.695, de 21 de dezembro de 2000, no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência -SISBIN-, instituído pela Lei federal nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999. (Art. 1º, §3º da Lei 8.869, de 12 de janeiro de 2017).

A Superintendência de Inteligência Integrada é a estrutura central de coordenação e integração da atividade de inteligência de segurança pública, a qual tem o dever de utilizar soluções tecnológicas com vistas ao acompanhamento sistematizado para a produção de conhecimentos relativos a organizações criminosas, quadrilhas, bandos e infratores além de acompanhar fatos, situações e conjunturas de interesse da atividade de inteligência.

Goiás está localizado em porção central do país, contando com áreas de alta densidade demográfica é de grande relevância nacional como a Região do Entorno do Distrito Federal. Essas particularidades tornam o estado atrativo para as lideranças das facções por ser ponto estratégico, aumentando, por sua vez, os atritos e as disputas pelo domínio e atuação no Estado.

Buscando enfrentar as organizações criminosas, se faz necessário conhecer seu funcionamento para aprimorar as técnicas do combate. As facções apresentam elevado grau de complexidade e organização, possuindo características de irmandade, empresa e igreja de acordo com a perspectiva utilizada e a análise. Sua ampla atuação vai das carceragens até os Poderes Estatais (Legislativo, Judiciário e Executivo), demonstrando a capacidade nociva de sua influência e ações.

Com este projeto iremos conseguir solucionar alguns problemas afetos na área de inteligência, assim como será dada continuidade nos trabalhos que realizamos no combate ao crime organizado e auxiliando as unidades de inteligência das instituições que fazem parte do sistema de inteligência de segurança pública do Estado de Goiás.

Na presente ação pretende-se destinar recursos para a aquisição de materiais, equipamentos, softwares e treinamentos, conforme proposta a seguir:

1. Aquisição de aparelhos para escuta ambiental: Os aparelhos serão utilizados para atividade investigativa, em que os profissionais de inteligência irão se valer de equipamentos adequados para captar, em tempo real, conversa de dois ou mais interlocutores que se realiza em local específico, público ou privado;
2. Aquisição de Aparelho de Raio X Portátil: Trata-se de um Scanner para auxílio na identificação de contrabandos nas estradas goianas;
3. Aquisição de rastreadores portáteis de pessoas e objetos;
4. Aquisição de equipamentos, hardwares e softwares de Inteligência e Contrainteligência - Com a aquisição desses equipamentos especializados presentes no mercado, o tempo de análise se torna mais bem aproveitado, reduzindo o período gasto formatando a informação antes de realizar a análise em si, o que gera economicidade e maior aproveitamento de recursos, seja humano, material ou financeiro. Pelo exposto torna-se imprescindível que os equipamentos de contrainteligência e inteligência estejam atualizados e acompanhem a evolução tecnológica para que possam fazer frente às atribuições da Superintendência de Combate a Corrupção e ao Crime Organizado ao executar as atividades de pesquisa e investigação nas áreas de inteligência e contrainteligência; e

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital

O Projeto de Modernizar o Sistema de Inteligência da Secretaria da Segurança Pública por meio da aquisição de equipamentos de inteligência e de tecnologia, alinha-se com os princípios (Art. 4º) da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) permitindo agregar:

(...)

XII - promoção da produção de conhecimento sobre segurança pública;

Dentre as diretrizes (Art. 5º) do PNSPDS sustentam o projeto:

VII - fortalecimento das instituições de segurança pública por meio de investimentos e do desenvolvimento de projetos estruturantes e de inovação tecnológica;

O projeto é relacionado aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual vigente no Estado conforme abaixo:

Programa:1021(Inteligência, Integração e Integridade na Segurança Pública);

Ação: 2077(Modernização e Fortalecimento das Ações de Segurança Pública).

No que tange a capacitação dos Profissionais da Segurança Pública, da atividade de inteligência, a presente proposta se alinha a dois objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico 2022-2031 da Secretaria de Estado da Segurança Pública:

3.1 Aprimorar a segurança pública por meio do conhecimento técnico científico, sendo a estratégia ampliar a geração de conhecimentos e pesquisas através das iniciativas de

3.2 Elevar o nível de qualificação profissional da segurança pública, tendo como estratégia a garantia da estrutura e mecanismos para coordenação da produção de conhecimento e contínua capacitação de pessoal através de pessoal, destacando-se as iniciativas:

(ii) promover ações de capacitação padronizada, continuada e aperfeiçoada para as áreas meio e finalística, em consonância com a matriz curricular nacional.

A Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) tem por princípios:

Razões para que o problema seja alvo de intervenção

Com a implementação da presente ação, o serviço de inteligência e contrainteligência será fortalecido, modernizado, se posicionando à altura dos serviços de inteligência mais modernos do Brasil, culminando em melhores serviços à sociedade goiana, precipuamente no que diz respeito ao combate aos crimes, gerando maior vigilância e fiscalização ao uso erário.

Além disso, com a aquisição dos equipamentos com tecnologia de ponta, será permitida a otimização nas missões de campo nas diversas modalidades, assim como propiciará aos profissionais de inteligência melhores condições de trabalho, redundando em melhores resultados e coleta de informações que irão subsidiar aos trabalhos policiais de inteligência, com o respectivo aumento do potencial produtivo quantitativo e qualitativo dos profissionais empenhados na realização das missões, e a maior confiabilidade e robustez das informações levantadas pelas agências de inteligência para as autoridades competentes.

Outros possíveis ganhos, caso a ação seja implementada:

- Conhecer e quantificar a influência, participação de presos nas organizações criminosas, suas qualificações dentro da facção. Será possível compreender e visualizar as demais instituições, empresas e pessoas que intencionalmente ou não auxiliam as facções criminosas e seu comprometimento com as lideranças;

- Construir, apresentar organogramas das organizações e os meios que dispõe (utilização de empresas, organizações e pessoas públicas ou não) para manutenção da rede criminosa, por meio de Relatórios de Inteligência, Relatórios de Reconhecimento, Relatórios Técnicos, Relatórios de Informação e outros, podendo desta forma subsidiar a quem for necessário, compartilhando conforme a natureza do conteúdo, como por exemplo a Polícia Judiciária nas investigações, Grupos de Polícias Especializadas em levantamentos prévios para suas operações, Secretário de Segurança Pública e informações inerentes a Segurança Pública e de Estado.

- Especializar /qualificar mais de 270 profissionais de Inteligência, que atuaram, com maior profissionalismo, nas diversas frentes de trabalho existentes dentro da atividade de Inteligência

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados

O projeto contemplará a Superintendência de Inteligência Integrada da SSPGO e Superintendência de Combate a Corrupção, todas em Goiânia.

Estratégia de implementação

A estratégia para aquisição dos equipamentos e curso de capacitação para atividade de inteligência será realizada pela Superintendência de Inteligência Integrada, desta Secretaria, com a implementação dos recursos ora pleiteados, da seguinte forma:

1. A Superintendência de Inteligência Integrada - SII em conjunto com a Superintendência de Combate a Corrupção, por meio de levantamentos técnico-operacionais, definiram as seguintes prioridades a serem adquiridas para fortalecer o serviço de inteligência de segurança pública do Estado de Goiás:

- Aquisição de aparelhos para escuta ambiental (utilizados para atividade investigativa) - R\$ 500.000,00

- Aquisição de Aparelho de Raio X Portátil (Scanner para auxílio na identificação de contrabandos nas estradas goianas) - R\$ 680.000,00

- Aquisição de rastreadores portáteis de pessoas e objetos - R\$ 357.743,53

- Aquisição de software de inteligência, hardware e equipamentos destinados ao serviço de Inteligência e Contrainteligência na captação de vídeo e imagens, drones e equipamentos de informática - R\$ 800.000,00

2. Uma vez definidos os objetos a serem contratados, o setor de licitações irá realizar os procedimentos, preferencialmente por meio de adesão a atas de registro de preços disponíveis.

3. Após a realização das aquisições, haverá a indicação de servidores para verificação da conformidade do recebido com o contratado. Após o recebimento dos bens, será feito o devido tombamento.

Indicadores:

Quantidade de materiais, equipamentos, softwares e treinamentos disponibilizados ao serviço de inteligência da SSPGO.

Resultados Esperados

Disponibilização de materiais, equipamentos, softwares e treinamentos aos profissionais do serviço de inteligência da SSPGO.

Formas de Mensuração

Relatório circunstanciado informando sobre a execução da ação, informando sobre a disponibilização dos equipamentos, softwares e treinamentos aos profissionais do serviço de inteligência da SSPGO, bem como comprovando o alcance dos resultados esperados.

EXTRATO DA AÇÃO 15 (SSPGO)

META GERAL 5: FORTALECIMENTO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

AÇÃO 15: FORTALECIMENTO DA INTELIGÊNCIA POLICIAL DA SSPGO POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, SOFTWARES E TREINAMENTOS.

INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS - SSPGO.
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	INVESTIMENTO: R\$ 1.980.000,00
	CUSTEIO: R\$ 357.743,53
	TOTAL: R\$ 2.337.743,53
METAS ESPECÍFICAS	<p>META ESPECÍFICA 1: Aquisições para a Superintendência de Inteligência Integrada:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Escutas ambientais - Raio X Portátil; - Rastreadores portáteis; <p>META ESPECÍFICA 2: Aquisição para a Superintendência de Combate a Corrupção e ao Crime Organizado - SCCO:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Software de inteligência; - Hardware e equipamentos destinados ao serviço de Inteligência e Contraineligência na captação de vídeo e imagens; - Drones; - Equipamentos de informática.
INDICADORES	Quantidade de materiais, equipamentos, softwares e treinamentos disponibilizados ao serviço de inteligência da SSPGO.
RESULTADOS ESPERADOS	Disponibilização de materiais, equipamentos, softwares e treinamentos aos profissionais do serviço de inteligência da SSPGO.
FORMAS DE MENSURAÇÃO	Relatório circunstanciado informando sobre a execução da ação, informando sobre a disponibilização dos equipamentos, softwares e treinamentos aos profissionais do serviço de inteligência da SSPGO, bem como comprovando o alcance dos resultados esperados.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Elaboração de Termo de Referência;	- Cotação de preços;	- Elaboração dos editais de licitação;	- Publicação dos editais;	- Licitação;	- Assinatura de contratos;
2º SEMESTRE DE 2023					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
-Designação da Equipe de Gestão de Contratos; -Envio do relatório de acompanhamento (MJSP);	- Ordem de serviço e início do prazo para entrega.	- Prazo para entrega;	- Prazo para entrega;	- Prazo para entrega;	- Prazo para entrega;

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2024					
1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
-Recebimento dos bens; -Patrimoniamento dos Bens;					

-Elaboração do relatório de gestão (MJSP);	- Liquidação das NF-e; Pagamento do fornecedor;	- Prestação de contas;	-Elaboração do relatório final de execução (Gestão);	- Envio do relatório final de execução/ges-tão (MJSP);	- Ação concluída;
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;

AÇÃO 16 (META SSPGO): TROCA DO GRUPO GERADOR E BATERIAS DOS NOBREAKS DO SISTEMA DA SSPGO. VALOR DA AÇÃO 16: R\$ 1.000,000,00. (INVESTIMENTO).

Contextualização do problema

A Superintendência de Inovação e Tecnologia da SSPGO, por meio de sua Gerência de Telecomunicações, conforme Decreto nº 9.690, de 06 de julho de 2020 (que Aprova o Regulamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública), tem entre suas principais atribuições :

"V – gerenciar e monitorar o sistema de energia elétrica, nobreak e gerador utilizados em ambientes de infraestrutura de tecnologia da informação (TI) e de telecomunicações da Secretaria de Estado da Segurança Pública;

VI – analisar e especificar as ferramentas, os equipamentos e os serviços de TI e de telecomunicações para aquisição ou contratação;

VII – gerir contratos de serviços de infraestrutura da TI e de telecomunicações;"

Uma das principais funções dessa Superintendência é garantir o suprimento ininterrupto de energia elétrica aos principais equipamentos de informática usados pelos sistemas da SSPGO que não estão hospedados no Data Center Corporativo do Estado na STI/SEDI, de maneira a garantir a segurança e continuidade dos serviços de TIC em consonância com a necessidade dos usuários. Esses serviços são extremamente críticos para correto funcionamento dos Sistemas Corporativos da SSPGO, Rádios, Telefones e Pannel de Vídeo Monitoramento do CHCC.

Um dos problemas a ser superado é o fato de o gerador atual ser muito antigo, podendo a vir oferecer riscos ao funcionamento de todo aparato tecnológico da informação e segurança de dados.

Análise Diagnóstica do Problema:

A Superintendência de Inovação e Tecnologia da SSPGO justificou o seu pedido de troca do gerador com base técnica nos seguintes fatores:

- O Gerador atualmente em uso é antigo, com mais de 15 anos de uso, sem gerenciamento e sem monitoramento.

- As baterias dos no-break's com mais de 5 anos de uso.

- Serviços antigos e defasados tecnologicamente trazem risco de indisponibilidade dos serviços devido a falhas elétricas da concessionária de energia.

- Necessidade de disponibilidade de energia elétrica de forma ininterrupta sob risco de causar indisponibilidade dos serviços de TIC do Órgão assim como serviços de Atendimento de Emergência: 190, 193, etc.

Diante do exposto, por entender que o pedido se justifica pelos motivos elencados acima, a Secretaria de Segurança Pública decidiu colocar essa ação dentre as prioritárias a serem contempladas com os repasses do Fundo a Fundo 2022.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual, ao Plano Plurianual vigente e à Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social.

O Projeto de Aquisição de Solução de Backup alinha-se com os princípios (Art. 4º) da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) permitindo agregar:

IV - eficiência na prevenção e no controle das infrações penais;

V - eficiência na repressão e na apuração das infrações penais;

Dentre as diretrizes (Art. 5º) do PNSPDS sustentam o projeto:

VII - fortalecimento das instituições de segurança pública por meio de investimentos e do desenvolvimento de projetos estruturantes e de inovação tecnológica;

XI - padronização de estruturas, de capacitação, de tecnologia e de equipamentos de interesse da segurança pública;

XXIII - uso de sistema integrado de informações e dados eletrônicos;

O projeto é relacionado aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual vigente no Estado conforme abaixo:

Programa: 1021 (Inteligência, Integração e Integridade na Segurança Pública);

Ação: 2077 (Modernização e Fortalecimento das Ações de Segurança Pública).

Razões para que o problema seja alvo de intervenção:

A SSPGO possui total dependência dos Serviços de TI para uso diário pelos servidores na execução de suas atividades de segurança pública. Todas as Unidades do Órgão tais como Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar, QAG da Polícia Militar, Academias da Polícia Civil e Polícia Militar, SPTC e Delegacias Especializadas acessam os serviços de TIC disponibilizados pela SITSP (Superintendência Integrada de Tecnologias em Segurança Pública), onde fica o Data Center do Órgão que requer funcionamento ininterrupto para disponibilizar acessos aos sistemas.

A necessidade de No-Break's e Geradores com garantia de funcionamento e gerenciamento é uma exigência para o correto funcionamento dos serviços de emergência da SSPGO e por isso tais equipamentos devem possuir alta qualidade, modernos e que garantam o funcionamento em caso de pane do sistema elétrico da concessionária.

A SSPGO possui equipamentos antigos e defasados para manter a estrutura em funcionamento. Tais equipamentos, embora haja contrato de manutenção vigente, possuem tecnologia obsoleta e o risco de falha é grande.

A necessidade de troca das baterias utilizadas pelos no-break's se deve ao tempo de uso das mesmas.

O gerador, além de ser um equipamento antigo, com mais de 15(quinze) anos de uso, não possui redundância e por isso a necessidade de aquisição de DOIS GRUPOS GERADORES modernos e mais confiáveis para substituição do equipamento em uso."

Os ganhos mais importantes com a implementação da presente ação são:

- Garantia do pleno funcionamento da Tecnologia da Informação - TI da Segurança Pública do Estado de Goiás;
- Aumento da confiabilidade dos serviços; e
- Menores riscos de falhas.

Locais que serão contemplados:

A ação contemplará todos os Sistemas das Unidades de Segurança Pública do Estado, incluindo capital e interior e as forças BM, PM, PC, SPTC e PROCON.

Serviços de Atendimento de Urgência do Órgão tais como 190, 193 e demais serviços telefônicos, além de rádios e todos os serviços hospedados no CIICC.

Estratégia de Implementação:

A estratégia para aquisição dos equipamentos será realizada pela Superintendência Integrada de Tecnologias em Segurança Pública, com a implementação dos recursos ora pleiteados, da seguinte forma:

1. A Superintendência Integrada de Inovação e Tecnologia em conjunto com demais departamentos, por meio de levantamentos técnico-operacionais, definiram a aquisição dos seguintes equipamentos:

- 2(dois)geradores gerenciados de pelo menos 300kva;
 - Baterias de 100A utilizadas pelos no-break's do Data Center e equipamentos do CIICC, painel de videomonitoramento, rádios e telefones do COB e COPOM.
2. Após a realização das aquisições, os bens serão instalados conforme orientação e acompanhamento da Gerência de Telecomunicações da SIIT.

Indicadores:

Número de geradores e baterias adquiridos e disponibilizados à SSPGO.

Resultados Esperados:

Disponibilização de geradores e baterias novos para o sistema de informática da SSPGO.

Formas de mensuração:

Relatório consubstanciado, demonstrando, inclusive com registros fotográficos, o alcance dos resultados esperados.

EXTRATO DA AÇÃO 16 (SSPGO)

AÇÃO 16: TROCA DO GRUPO GERADOR E BATERIAS DOS NOBREAKS DO SISTEMA DA SSPGO.	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS - SSPGO.
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	INVESTIMENTO: R\$ 1.000.000,00
	CUSTEIO: R\$ 0,00
	TOTAL: R\$ 1.000.000,00
METAS ESPECÍFICAS	META ESPECÍFICA 1: Aquisição de 2(dois)geradores gerenciados de pelo menos 300kva e baterias de 100A utilizadas pelos no-break's do Data Center.

INDICADORES	Número de geradores e baterias adquiridos e disponibilizados à SSPGO.
RESULTADOS ESPERADOS	Disponibilização de geradores e baterias novos para o sistema de informática da SSPGO.
FORMAS DE MENSURAÇÃO	Relatório consubstanciado, demonstrando, inclusive com registros fotográficos, o alcance dos resultados esperados.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Elaboração de Termo de Referência;	- Cotação de preços;	- Elaboração dos editais de licitação;	- Publicação dos editais;	- Licitação;	- Assinatura de contratos;
2º SEMESTRE DE 2023					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
-Designação da Equipe de Gestão de Contratos; -Envio do relatório de acompanhamento (MJSP);	- Ordem de serviço e início do prazo para entrega.	- Prazo para entrega;	- Prazo para entrega;	- Prazo para entrega;	- Prazo para entrega;

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2024					
1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
-Recebimento dos bens; -Patrimoniamento dos Bens; -Elaboração do relatório de gestão (MJSP);	- Liquidação das NF-e; Pagamento do fornecedor;	- Prestação de contas;	-Elaboração do relatório final de execução (Gestão);	- Envio do relatório final de execução/ges-tão (MJSP);	- Ação concluída;
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;

AÇÃO 17 (META SSPGO): APARELHAMENTO DA COORDENAÇÃO DE ENSINO DA SSPGO POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS - R\$ 311.401,58 (INVESTIMENTO).

Contextualização do Problema

A Capacitação do profissional de Segurança Pública é objeto de atuação da Coordenadoria de Ensino - COE/SSP, instituída pela portaria nº 0578/2022-SSP, datada de 14 de junho de 2022, vinculada ao Gabinete do Subsecretário. Cabe a esta Coordenadoria, portanto, executar, coordenar, dirigir, orientar, produzir, difundir, fomentar, zelar pela qualidade das atividades de ensino além de integrá-las à pesquisa e extensão, no âmbito estadual, visando subsidiar a contínua capacitação dos servidores da Segurança Pública. Nesse sentido, a promoção da formação integrada e continuada, o fomento de pesquisas científicas e tecnológicas na temática e, através da intermediação de convênios com Instituições de Ensino Superior, deve ofertar aos servidores da pasta cursos de Graduação e de Especialização (lato sensu e stricto sensu) que estejam em consonância com os interesses institucionais e que valorizem o servidor quanto sujeito de direitos.

O projeto integra um conjunto de ações planejadas da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado de Goiás, através de sua Coordenadoria de Ensino, que oportunizam aos servidores momentos de reflexão acerca do ciclo vital humano, capacidade produtiva da fase adulta e planejamento do futuro, abordando temas

como significado do trabalho, diversificação de conhecimentos, planejamento financeiro e expectativas diante da aposentadoria. Sob essa ótica, busca-se lapidar a percepção do seu papel social para além do servidor da Administração Pública, provendo-o oportunidades que lhe propiciem positividade para o enfrentamento de dificuldades e problemas, retornando valores para a própria Administração, num movimento cumulativo de reconhecimento e resiliência. (DEJOURS, 1997, apud MINAYO, 2013, p. 612).

Para atender ao objetivo de integração de interesses, é necessário que haja na Secretaria de Segurança Pública e em suas Forças profissionais habilitados e atuantes na produção e disseminação do conhecimento, sobretudo que sejam multiplicadores do conhecimento adquirido. Na atual conjuntura, contudo, há um déficit considerável desses profissionais que estejam habilitados em especialização stricto sensu, o que inviabiliza a continuidade do conjunto de iniciativas de valorização do servidor, de pesquisas em segurança pública e sobre os sujeitos que a integram. Pelas peculiaridades deste âmbito de pesquisa, pesquisadores que estejam inseridos no sistema de segurança pública podem contribuir com um olhar e metodologias adequadas para o enfrentamento de problemáticas que os envolve e impactam diretamente em suas vidas e na organização do espaço público.

Pelo que foi levantado pelo COE/SSP, para tornar aprimorar a capacitação e qualificação do ensino no âmbito da SSPGO, é necessário primeiramente dar condições para que o órgão de ensino possa trabalhar. No caso, estamos tratando da estruturação da Coordenação de Ensino.

Análise Diagnóstica do Problema

Atualmente, cerca de 5% (cinco por cento) dos servidores da segurança pública possuem titulação stricto sensu (mestrado ou doutorado). A Secretaria de Estado da Segurança Pública de Goiás, através de seu Planejamento Estratégico 2022-2031, na perspectiva de aprendizado, crescimento e inovação, propôs “ampliar a geração de conhecimentos e pesquisas”, sendo uma de suas iniciativas a de “estimular a participação dos servidores da SSP na produção científica”.

A quantidade de servidores da pasta com mestrado e doutorado é reflexo da assimetria dos investimentos e da concentração dos programas stricto sensu no Brasil, sendo que a região Centro-Oeste não atinge sequer 10% dos programas existentes, segundo a Capes, o que impacta no nível de produção científica e no desenvolvimento de novas tecnologias e saberes.

Não há mestrados ou doutorados profissionais na temática de Segurança Pública no Centro-Oeste. Quando em outras áreas, como administração ou desenvolvimento regional, não há linhas de pesquisas consolidadas na referida área. Esta Secretaria tem, portanto, inovado ao ampliar o debate acerca do tema como forma de valorizar os saberes dos seus profissionais. A Coordenadoria de Ensino (COE-SSP), a fim de valorizar os profissionais que se dedicam à iniciação e produção científica, procura ofertar cursos regulares, além de pós-graduação stricto sensu, mestrado e doutorados, entretanto é notória a necessidade de aquisição de materiais para aparelhamento da Coordenadoria de Ensino (COE-SSP), visando proporcionar a estruturação da Coordenação de Ensino, ensejando aos Servidores, o seu aperfeiçoamento profissional.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual, ao Plano Plurianual vigente e à Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social.

A presente proposta se alinha a dois objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico 2022-2031 da Secretaria de Estado da Segurança Pública:

3.1 Aprimorar a segurança pública por meio do conhecimento técnico científico, sendo a estratégia ampliar a geração de conhecimentos e pesquisas através das iniciativas de (i) estruturação de parcerias com instituições públicas e privadas para incentivo a pesquisas, melhoria do ensino e produção de conhecimento para apoio da atividade finalística e (ii) fomento à cooperação acadêmico-científica entre Instituições de Ensino Superior e a Secretaria para o desenvolvimento de projetos e inovação tecnológica para segurança pública e

3.2 Elevar o nível de qualificação profissional da segurança pública, tendo como estratégia a garantia da estrutura e mecanismos para coordenação da produção de conhecimento e contínua capacitação de pessoal através de pessoal, destacando-se as iniciativas (i) disponibilizar cursos para capacitação e atualização dos servidores da SSP na área de gestão e (ii) promover ações de capacitação padronizada, continuada e aperfeiçoada para as áreas meio e finalística, em consonância com a matriz curricular nacional.

Por sua vez, o Plano Plurianual vigente tem no Eixo II - Goiás da Governança e Gestão Transformadora o objetivo estratégico de tornar o servidor público elemento fundamental para o sucesso das estratégias e alcance de resultados pela sua qualificação, inspirando-o a “superar obstáculos, conquistar novos patamares de excelência em sua atuação”. Como indicador para os órgãos estaduais, estabelece horas per capita de capacitação e taxa de conclusão de cursos. No Eixo VII – Goiás da Paz, que tem como objetivo proporcionar segurança, proteção, liberdade e bem estar aos cidadãos, há o compromisso de “reconhecer, valorizar e capacitar continuamente o servidor da área da segurança pública”.

A Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) tem por princípios (i) II - a proteção, valorização e reconhecimento dos profissionais de segurança pública e (ii) XII- promoção da produção de conhecimento sobre segurança pública. Como diretrizes elenca a VI - formação e capacitação continuada e qualificada dos profissionais de segurança pública, em consonância com a matriz curricular nacional. Tem, ainda, como objetivo (i) estimular a produção e a publicação de estudos e diagnósticos para a formulação e a avaliação de políticas públicas; (ii) estimular a padronização da formação, da capacitação e da qualificação dos profissionais de segurança pública, respeitadas as especificidades e as diversidades regionais, em consonância com esta Política, nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal. Encontra-se em consonância com os meios e instrumentos estabelecidos na Política ao alinhar-se às competências estabelecidas pelo Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional (SIEVAP).

A presente proposta alinha-se, ainda, à Portaria MJSP Nº 483 sob o Eixo de Valorização dos Profissionais da Segurança Pública, na meta geral de valorização profissional, em que prevê, prioritariamente, ações de (i) Pesquisa, diagnósticos e estudos aplicados à segurança pública e Defesa Social, observadas as temáticas do Programa Pró-Vida e o SIEVAP, uma vez que abrange os aspectos relacionados ao bem-estar socioeconômico-cultural do profissional de segurança pública e defesa social, capacitando-o para além do trabalho diário nesta Pasta.

Razões para que o problema seja alvo de intervenção:

Com um efetivo aproximado de 20.000 servidores atuando na Segurança Pública, Goiás é referência na prevenção e no combate à criminalidade, graças aos investimentos em diversas áreas da gestão em Segurança Pública, sobretudo no capital humano. Não obstante, os servidores ainda enfrentam problemáticas relacionadas à percepção de valorização, fluxos de trabalho estressantes por falta de capacitação adequada e aprofundada, necessidade de diversificação de proventos e falta de um processo preparatório para a aposentadoria que o habilite seguir rumos profissionais independentes da segurança pública. Portanto, essa situação acarreta em fragilidades na vida pessoal do servidor, que impactam sua saúde mental e financeira.

Tal qual observado na prevenção e combate à criminalidade, o fluxo contínuo de investimento nas qualificações é fundamental para sedimentar bons resultados, sendo que a titulação em nível de mestrado continuará valorizando os profissionais da segurança pública goiana e alçará o governo de Goiás na vanguarda das pesquisas e no debate sobre Segurança Pública, seus profissionais e a valorização deles.

Nesse caminho, ao direcionar recursos para a estruturação da Coordenação de Ensino da segurança pública, esta Secretaria estará promovendo a valorização dos profissionais que se dedicam à formação continuada, haja vista que uma parcela considerável desses agentes acaba se distanciando das pesquisas científicas pelos seus altos custos, interrompendo assim a sua ascensão em nível acadêmico.

Espera-se como principais ganhos com a implementação da presente ação:

- Formar cientistas, instrutores e palestrantes capazes de multiplicar o conhecimento no âmbito das ciências policiais e da segurança pública, respeitando as especificidades de cada função e as diversidades regionais;
- Melhorar a qualidade de ensino oferecida aos profissionais de Segurança Pública;
- Aperfeiçoar continuamente o serviço prestado, através da capacitação dos profissionais envolvidos, possibilitando uma padronização das ações da Segurança Pública e a implementação de novas técnicas científicas para prevenção e elucidação de crimes;
- Ampliar a realização de cursos, palestras, seminários, simpósios e outros eventos de natureza científica e de interação entre as forças policiais e para a qualidade de vida de seus servidores.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados

A propositura do projeto tem por objetivo contemplar o Estado de Goiás por meio dos servidores que utilizarem dos cursos promovidos pela COE/SSPGO.

Estratégia de Implementação

A estratégia para a implementação da ação será a seguinte:

1. A Coordenação de Ensino da Secretaria de Estado da Segurança Pública, por meio de levantamentos técnico-operacionais, definiu que serão adquiridos materiais e equipamentos para o aparelhamento da COE/SSP, conforme lista exemplificativa:

- Móveis e equipamentos de escritório;
- Notebooks;
- Microcomputadores;
- HD Externo;
- Projetores multimídia;
- Telas para projeção multimídia;
- Sistemas de som com caixas amplificadas;
- Quadros tipo lousa profissional;
- Microfones com transmissores;
- Licença (permanente) de uso do programa Articulate Storyline 360;
- TV com suporte de chão;
- Passadores de Slides.

2. Após a aquisição, os materiais e equipamentos serão disponibilizados para o ensino no âmbito da SSPGO, no sentido de viabilizar a realização de cursos, seminários, congressos, enfim, tudo que for possível e vier a contribuir para a qualificação profissional dos profissionais de Segurança Pública do Estado de Goiás.

Indicadores:

Quantidade de materiais e equipamentos disponibilizados à Coordenação de Ensino da SSPGO.

Resultados Esperados:

Disponibilização de materiais e equipamentos para o aparelhamento do Ensino da SSPGO.

Formas de mensuração

Relatório consubstanciado, com registro fotográfico, comprovando a disponibilização de materiais e equipamentos para o aparelhamento do Ensino da SSPGO e o alcance dos resultados esperados.

EXTRATO DA AÇÃO 17 (SSPGO)

META GERAL 5: FORTALECIMENTO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS	
AÇÃO 17: APARELHAMENTO DA COORDENAÇÃO DE ENSINO DA SSPGO POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS.	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS - SSPGO
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	INVESTIMENTO: R\$ 311.401,58
	CUSTEIO: R\$ 0,00
	TOTAL: R\$ 311.401,58
METAS ESPECÍFICAS	META ESPECÍFICA 1: Adquirir equipamentos para aparelhamento da Coordenadoria de Ensino (COE-SSP) conforme lista exemplificativa: -Móveis e equipamentos de escritório; -Notebooks; -Microcomputadores;

6. OBJETIVOS:

Os objetivos apresentados, previstos no art. 6º da Lei 13.675/2018 da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social-PNSPDS, que estão alinhados aos projetos, atividades e ações deste plano de aplicação são:

(...)

II - apoiar as ações de manutenção da ordem pública e da incolumidade das pessoas, do patrimônio, do meio ambiente e de bens e direitos;

III - incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de segurança pública;

(...)

XVII - fomentar ações permanentes para o combate ao crime organizado e à corrupção;

(...)

XXIII - priorizar políticas de redução da letalidade violenta.

XXIV - fortalecer os mecanismos de investigação de crimes hediondos e de homicídios.

7. IMPACTOS ESPERADOS:

Os impactos esperados para o médio e longo prazo, tendo como agentes de transformação, as Instituições constituintes da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, com a execução dos projetos, atividades e ações, estão alinhados a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social-PNSPDS e o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, e relacionados no Art. 7º, parágrafo único, da Portaria MJSP Nº 483, de 09 de novembro de 2021, constituem impactos esperados, dentre outros:

(...)

II- aprimoramento na prestação de serviço de segurança pública e defesa social;

(...)

V- redução:

a) dos impactos econômicos originados pela criminalidade violenta;

b) do índice da criminalidade violenta e da letalidade;

c) dos índices de letalidade e violência doméstica contra a mulher;

d) do gasto público em saúde, decorrente da violência;

e) da vitimização dos profissionais de segurança pública;

(...)

h) dos riscos à vida, à saúde e à liberdade individual das pessoas; e

i) da impunidade.

VI- Melhoria da:

a) qualidade de vida dos indivíduos, com a diminuição dos riscos à sua integridade e ao seu patrimônio;

(...)

c) credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e

VII - incremento da percepção subjetiva de segurança.

8 - ASSINATURA:

RENATO BRUM DOS SANTOS
Secretário de Estado da Segurança Pública



Documento assinado eletronicamente por **RENATO BRUM DOS SANTOS**, Secretário (a) de Estado, em 31/01/2024, às 16:07, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **56290010** e o código CRC **FCD86FD2**.



Referência: Processo nº 202400016002789



SEI 56290010